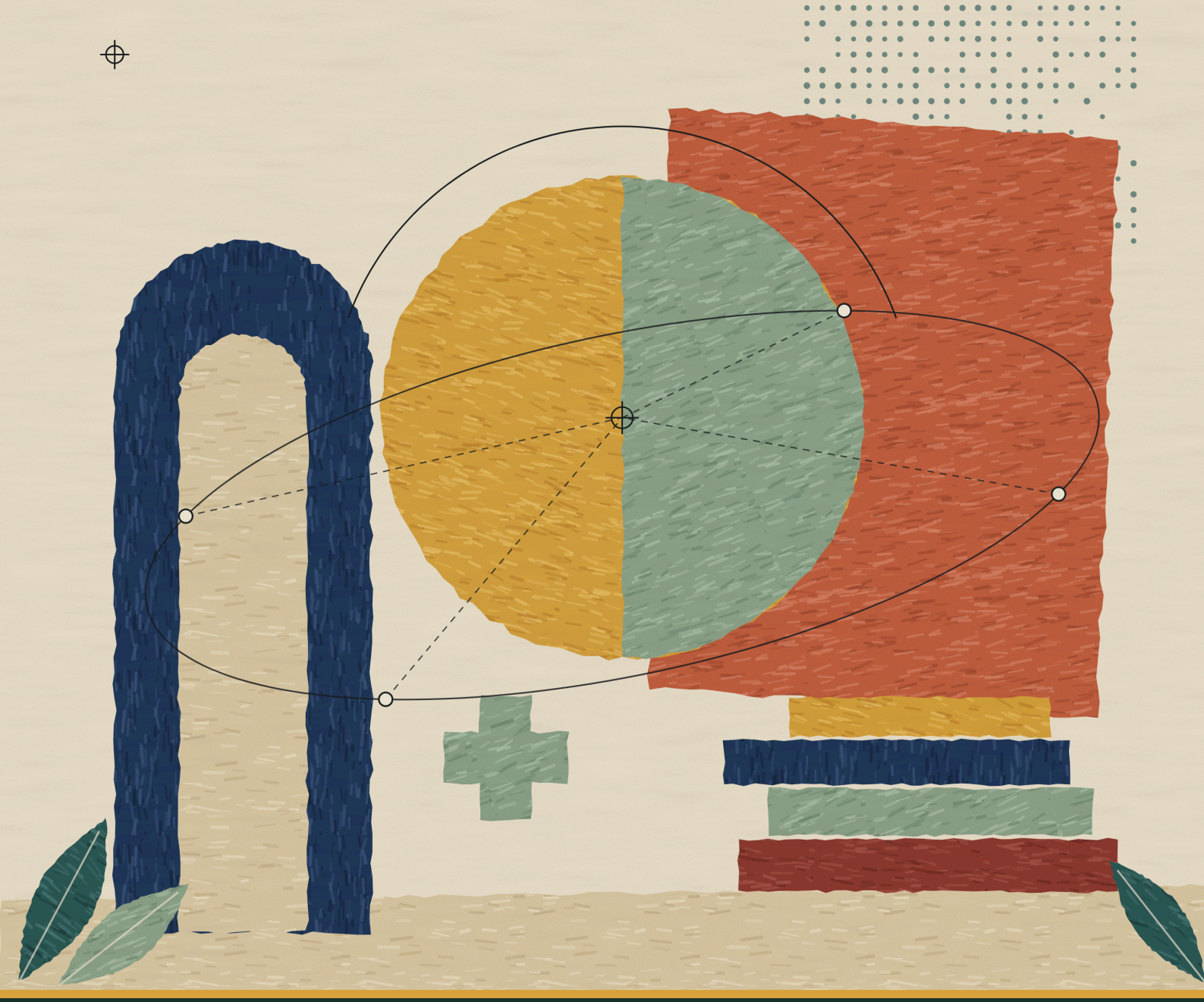


ANDRÉ DE OLIVEIRA MELO ET AL.
(Organizadores)

MULTIDISCIPLINARIDADE E OS CENÁRIOS ATUAIS

ENFOQUES DIALÓGICOS EM FOCO

EDITORA AC
CONHECIMENTO · DIÁLOGO · ATUALIDADE

1ª EDIÇÃO · LIVRO DIGITAL
2026

MULTIDISCIPLINARIDADE E OS CENÁRIOS ATUAIS

ENFOQUES DIALÓGICOS EM FOCO

André de Oliveira Melo
Ademar Henriques da Silva Filho
Cilene de Miranda Pontes
Adilma Portela da Fonseca Torres
Raquel Garcia Nery
Raquel Bueno Barbieri
Vanja Luíza Marinho da Nóbrega
José Alberto André Guimarães
Luiz de Lavor Marculino
Rosana Severiano dos Santos
Deyvid Israel da Silva Alves
Marcos Vitor Costa Castelhano
Organizadores

1ª edição
São Bento - PB • Editora AC • 2026

Todos os textos reunidos nesta obra são de responsabilidade de seus respectivos autores.
Licença Creative Commons Atribuição-Sem Derivações 4.0 Internacional.

COMISSÃO EDITORIAL

Dr. Patricio Borges Maracajá
Dra. Aline Carla de Medeiros
Me. Lisbino Geraldo Miranda do Carmo
Me. Flávio Franklin Ferreira de Almeida
Me. Marcos Vitor Costa Castelhano

Transformamos conhecimento científico em caminhos de diálogo e inovação, ampliando o alcance de pesquisas acadêmicas relevantes para os desafios da contemporaneidade.

Equipe da Editora AC

MULTIDISCIPLINARIDADE E OS CENÁRIOS ATUAIS

ENFOQUES DIALÓGICOS EM FOCO

André de Oliveira Melo
Ademar Henriques da Silva Filho
Cilene de Miranda Pontes
Adilma Portela da Fonseca Torres
Raquel Garcia Nery
Raquel Bueno Barbieri
Vanja Luíza Marinho da Nóbrega
José Alberto André Guimarães
Luiz de Lavor Marculino
Rosana Severiano dos Santos
Deyvid Israel da Silva Alves
Marcos Vitor Costa Castelhano
Organizadores

1ª edição
São Bento - PB • Editora AC • 2026

2026 — Edição Brasileira pela Editora AC e pelos autores
Todos os direitos reservados
São Bento - PB, Brasil • Contato: (83) 99840-0598

Editor-chefe: Marcos Vitor Costa Castelhano

ORGANIZAÇÃO
André de Oliveira Melo
Ademar Henriques da Silva Filho
Cilene de Miranda Pontes
Adilma Portela da Fonseca Torres
Raquel Garcia Nery
Raquel Bueno Barbieri
Vanja Luíza Marinho da Nóbrega
José Alberto André Guimarães
Luiz de Lavor Marculino
Rosana Severiano dos Santos
Deyvid Israel da Silva Alves
Marcos Vitor Costa Castelhano

Diagramação: Marcos Vitor Costa Castelhano
Revisão de texto: Autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M961 MULTIDISCIPLINARIDADE e os cenários atuais: Enfoques dialógicos. [Recurso eletrônico]. André de Oliveira Melo. et.al.(orgs.) / – 1.ed. São Bento, PB: AC Editora, 2026.
1 livro digital.

Título da Capa: MULTIDISCIPLINARIDADE E OS CENÁRIOS ATUAIS: ENFOQUES DIALÓGICOS EM FOCO
DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.23377246
ISBN: 978-65-82182-08-2

1. Educação – Multidisciplinaridade 2. Educação – Estudo e Ensino 3. Multidisciplinaridade na Atualidade 4. Enfoques Dialógicos I. Título.

CDD 370

Elaborado por Márcia Maria Feitosa Ferraz CRB-PB 824/O

Rua Cel. Joaquim Tibúrcio, 869 - Belo Horizonte/MG. CEP.: 31741-570
Contato: (31) 9 8837-8378 | contato@edocbrasil.com.br
www.edocbrasil.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

CAPÍTULO 1 — OS ESBOÇOS METODOLÓGICOS-VIVENCIAIS PERANTE DAS SISTEMATIZAÇÕES DIDÁTICAS DIRECIONAIS: UMA ÓTICA FREINETIANA
Marcos Vitor Costa Castelhano; Elyda Samara Araújo Lúcio Dantas 8

CAPÍTULO 2 — EFEITOS DA IMOBILIDADE PROLONGADA EM PACIENTES GRAVES COM COVID-19
Renata Carla Pereira dos Santos 15

CAPÍTULO 3 — CONSULTORIA TRIBUTÁRIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRODUÇÃO TÊXTIL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO - PB
Petros Renan Custódio da Silva Almeida 29

CAPÍTULO 4 — OS REGIMES TRIBUTÁRIOS BRASILEIROS E A REFORMA TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA
Petros Renan Custódio da Silva Almeida 41

SOBRE OS ORGANIZADORES 54

APRESENTAÇÃO

A obra MULTIDISCIPLINARIDADE E OS CENÁRIOS ATUAIS: ENFOQUES DIALÓGICOS EM FOCO reúne quatro estudos que percorrem a educação, a saúde e as ciências contábeis e tributárias. Em comum, os textos partem de problemas concretos do presente — a escola, a unidade de terapia intensiva, a empresa e o sistema tributário em transformação — e assumem que nenhum deles se deixa compreender por inteiro a partir de um único campo do saber. A coletânea aposta, por isso, no diálogo entre áreas como modo de ler os cenários atuais.

O primeiro capítulo, de Marcos Vitor Costa Castelhano e Elyda Samara Araújo Lúcio Dantas, revisita as proposições pedagógicas de Célestin Freinet e discute a atualidade de técnicas como a aula-passeio, o texto livre, a correspondência interescolar, o jornal escolar e o livro da vida, situando o educando como sujeito ativo das experiências formativas dentro e fora da sala de aula.

O segundo capítulo, de Renata Carla Pereira dos Santos, analisa os efeitos da imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19, com atenção às repercussões cardiovasculares, respiratórias e musculoesqueléticas, e reúne evidências sobre a mobilização precoce e a fisioterapia como intervenções decisivas para a recuperação funcional e o bem-estar dos sobreviventes.

O terceiro e o quarto capítulos, de Petros Renan Custódio da Silva Almeida, dedicam-se ao planejamento tributário. O primeiro apresenta um estudo de caso em uma indústria têxtil de São Bento - PB, examinando os tributos recolhidos pelo Simples Nacional e as demonstrações contábeis da empresa; o segundo compara os regimes de tributação vigentes no Brasil — Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional — com as mudanças trazidas pela reforma tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025.

Em conjunto, os capítulos aproximam perspectivas que raramente dividem as mesmas páginas e favorecem uma leitura dialógica de temas que atravessam a formação, o cuidado em saúde e a vida econômica na atualidade. A coletânea dirige-se a estudantes, professores, pesquisadores e profissionais interessados em análises multidisciplinares e em práticas institucionais socialmente comprometidas.

Os organizadores

CAPÍTULO 1

OS ESBOÇOS METODOLÓGICOS-VIVENCIAIS PERANTE DAS SISTEMATIZAÇÕES DIDÁTICAS DIRECIONAIS: UMA ÓTICA FREINETIANA[1]

Marcos Vitor Costa Castelhano
Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Patos – UNIFIP, sendo mestre em Ciências da Educação.

Elyda Samara Araújo Lúcio Dantas
Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ.

RESUMO: As perspectivas abordadas por Célestin Freinet, sobretudo ao longo do século XX, trazem à tona um conjunto de visualizações técnicas-conceituais voltadas as atuações docentes e o acolhimento integral do alunato, visualizando os aparatos educacionais enquanto campos significativos nas formações e renovações educativas de seu tempo histórico, aliando as possibilidades metodológicas-pedagógicas e as vertentes experienciais em uma mesma constante direcional. Dessa maneira, fomentando aspectos pedagógicos, psicológicos e socioeducacionais, o pensamento freinetiano lapida conjunções técnicas e organizativas pautadas nas vivências e interesses dos alunos, assim como nos valores sociais, carácteres socioculturais e dinâmicas societárias que circundam a comunidade escolar, promovendo consolidações dialéticas entre as proposições teóricas e as aplicações práticas. Seguindo tais premissas, o presente estudo acadêmico discorre sobre os aspectos metodológicos-vivenciais trazidos pela vertente freinetiana ante de suas caracterizações didáticas e direcionais, tendo como plano de fundo possíveis reflexões e discussões aplicativas nos âmbitos contemporâneos, indo além das molduras tradicionais. Para isso, o método de revisão narrativa foi utilizado, enquanto estratégia organizativa e estruturante de pesquisa bibliográfica, na buscativa de artigos científicos, capítulos de livro e obras especializadas relacionadas a temática aqui abordada, operando por meio das bases informacionais-acadêmicas do Google Acadêmico, Scielo e Portal CAPES. Portanto, levantado os fatores metodológicos e de pesquisa, explicita-se, agora, os demais carácteres direcionais e fomentativos em relação as contextualizações técnicas, sistêmicas, e propriamente interativas presentes nas proposições didáticas freinetianas.

Palavras-chave: Freinet. Metodologia-Vivência. Pedagogia. Didática. Contemporaneidade.

[1] Este capítulo foi originalmente publicado como artigo em: CASTELHANO, Marcos Vitor Costa; DANTAS, Elyda Samara Araújo Lúcio. Os esboços metodológicos-vivenciais perante das sistematizações didáticas direcionais: uma ótica freinetiana. **REDES – Revista Educacional da Sucesso**, v. 4, n. 2, p. 486-495, 2024. ISSN 2763-6704. O texto é republicado nesta obra em formato de capítulo de livro, com preservação integral do conteúdo e da autoria, com o objetivo de ampliar sua difusão e alcançar um público leitor cada vez maior.

ABSTRACT: The perspectives addressed by Célestin Freinet, especially throughout the 20th century, bring to light a set of technical-conceptual views focused on teaching activities and the integral reception of students, viewing educational apparatuses as significant fields in the educational training and renovations of their time. historical, combining methodological-pedagogical possibilities and experiential aspects in the same directional constant. In this way, promoting pedagogical, psychological and socio-educational aspects, Freinetian thought polishes technical and organizational conjunctions based on the experiences and interests of students, as well as social values, sociocultural characters and societal dynamics that surround the school community, promoting dialectical consolidations between propositions theoretical and practical applications. Following these premises, the present academic study discusses the methodological-experiential aspects brought by the Freinetian aspect in light of its didactic and directional characterizations, having as a background possible reflections and applicable discussions in contemporary contexts, going beyond traditional frameworks. For this, the narrative review method was used, as an organizational and structuring strategy for bibliographical research, in the search for scientific articles, book chapters and specialized works related to the topic covered here, operating through the informational-academic bases of Google Scholar, Scielo and CAPES Portal. Therefore, having raised the methodological and research factors, we now explain the other directional and nurturing characteristics in relation to the technical, systemic, and properly interactive contextualizations present in Freinetian didactic propositions.

Keywords: Freinet. Methodology-Experience. Pedagogy. Didactics. Contemporary.

INTRODUÇÃO

As perspectivas abordadas por Célestin Freinet, sobretudo ao longo do século XX, trazem à tona um conjunto de visualizações técnicas-conceituais voltadas as atuações docentes e o acolhimento integral do alunato, visualizando os aparatos educacionais enquanto campos significativos nas formações e renovações educativas de seu tempo histórico, aliando as possibilidades metodológicas-pedagógicas e as vertentes experienciais em uma mesma constante direcional (MUÑOZ, 2017).

Dessa maneira, fomentando aspectos pedagógicos, psicológicos e socioeducacionais, o pensamento freinetiano lapida conjunções técnicas e organizativas pautadas nas vivências e interesses dos alunos, assim como nos valores sociais, carácteres socioculturais e dinâmicas societárias que circundam a comunidade escolar, promovendo consolidações dialéticas entre as proposições teóricas e as aplicações práticas (ELIAS, 2017).

Seguindo tais premissas, o presente estudo acadêmico discorre sobre os aspectos metodológicos-vivenciais trazidos pela vertente freinetiana ante de suas caracterizações didáticas e direcionais, tendo como plano de fundo possíveis reflexões e discussões aplicativas nos âmbitos contemporâneos, indo além das molduras tradicionais.

Para isso, o método de revisão narrativa foi utilizado, enquanto estratégia organizativa e estruturante de pesquisa bibliográfica, na buscativa de artigos científicos, capítulos de livro e obras especializadas relacionadas a temática aqui abordada, operando por meio das bases informacionais-acadêmicas do Google Acadêmico, Scielo e Portal CAPES.

Portanto, levantado os fatores metodológicos e de pesquisa, explicita-se, agora, os demais carácteres direcionais e fomentativos em relação as contextualizações técnicas, sistêmicas, e propriamente interativas presentes nas proposições didáticas freinetianas, abarcando significânicas fomentativas perante dos campos visionais e atuacionais na contemporaneidade.

DESENVOLVIMENTO

Antes de tudo, compreende-se que as ideias, as exposições teórico-práticas e as vertentes pedagógicas voltadas as óticas freinetianas giram em torno de alternativas metodológicas-vivenciais e experiências formativas-educativas ancoradas nas contingências globais e específicas perante dos cenários educacionais, coadunando constantes ambientais, técnicas, interacionais e formativas didáticas (BARROS; FERREIRA, 2022).

Com isso, as sistematizações observadas e ampliadas por Freinet vão além de meras construções alusivas e contemplativas, visto que as suas ramificações permeiam carácteres concretos das ações educativas dentro e fora da sala de aula, investigando, sobretudo, as necessidades, interesses e panoramas intersubjetivos dos alunos mediante das imersões das vivências educacionais, objetivando metodologias naturais, isto é, relacionadas as capacidades de exploração imaginária, motora e simbólica dos educandos (BARROS; FERREIRA, 2022).

Ainda nesse raciocínio, entende-se que as técnicas freinetianas se baseiam amplamente nas potencialidades da criação, experimentação e documentação por via de trabalhos manuais e interativos, tendo como foco central o educando, posto que tal princípio, segundo o ideário pedagógico do autor, seria um dos pilares fundamentais para a construção de sujeitos críticos, funcionais e atuantes nas transformações civilizatórias (COSTA, 2006).

Para Costa (2006), as iniciativas pedagógicas pautadas na centralização das experiências e aprendizagens do alunato representaria uma das movimentações sustentadas nas produções acadêmicas de Freinet, dado que toda a apreensão de matriz significativa emerge de ambientes e interações positivamente estimulantes, promovendo o equilibro entre as satisfações do agir, as necessidades educativas-sociais e as metodologias aplicadas.

Destarte, levando em conta tais dinamizações educacionais, os professores, assim como os demais agentes circunscritos nas relações escolares, devem participar ativamente das criações de experiências voltadas ao estímulo da ação do educando, fazendo que o alunato, por meio das atuações promovidas pela necessidade de resolução, edifique interesses e repertórios apreensivos em relação as descobertas vivenciadas nas jornadas educativas (COSTA, 2006).

Visando ampliar tais conotações metodológicas, segue um quadro contendo algumas das principais técnicas e diretrizes aplicativas presentes ao longo das exposições teórico-práticas de caráter freinetianas nos contextos educativos, como exposto abaixo:

Quadro 1 – Metodologias, técnicas e aplicações das matrizes freinetianas nos âmbitos educacionais

Técnica	Descrição
Aula-passeio	Os espectros metodológicos da aula-passeio objetivam ampliar os processos experienciais e interativos da aprendizagem para além dos muros da sala de aula, abordando espaços e temáticas cotidianas através de visitas de localidades extraescolares, promovendo a colaboração, exploração ambiental e novas perspectivas socioculturais dos membros participantes (ITO et al., 2010).
Texto livre	A técnica pedagógica do texto livre objetiva a integração de diversos elementos integrados nos processos apreensivos da leitura e escrita, uma vez que agrupa elementos textuais, desenhos, pinturas e outros carácteres intrínsecos nas expressões subjetivas do alunato (DALLABRIDA; FURTADO, 2021). Segundo Dallabrida e Furtado (2021), os textos livres são ótimas formas de se trabalhar as potencialidades individuais-coletivas dos alunos, considerando as competências acadêmicas, sociais e interacionais.
Correspondência interescolar	De maneira geral, entende-se que a correspondência interescolar como uma técnica pedagógica de natureza comunicativa e interativa em que os alunos podem conhecer, compartilhar e aprender sobre novas culturas e contextos a partir do diálogo com membros de outras escolas através da exposição de cartas, promovendo a participação ativa dos educandos (YAMASHITA; LIMA, 2022).
Jornal escolar	As aplicações ancoradas no jornal escolar, também conhecida como imprensa escolar, giram em torna da publicação de materiais expositivos pelos educandos em relação as atividades globais e específicas lapidadas pelo meio educativo, incentivando que os estudantes se tornem personagens ativos nos processos de aprendizagem nas interações educacionais (DALLABRIDA; FURTADO, 2021). No estudo de Dallabrida e Furtado (2021), fica evidente que tal alternativa é essencial para os processos de autonomia, colaboração e formação intersubjetiva dos membros participantes das jornadas pedagógicas.
Livro da vida	As contextualizações do livro da vida, enquanto metodologia pedagógica de matriz aplicativa, objetiva interligar as experiências educativas e formativas vivenciadas pelos alunos ao longo de suas jornadas educacionais e pessoais, servindo de diário coletivo dos membros da vida escolar, ganhando conotações específicas a partir das idiossincrasias de cada ambiente intersubjetivo (SOARES, 2016).

Fonte: Construído pelos autores.

Ante do exposto, avista-se que os moldes e potencialidades metodológicas-pedagógicas exprimidas pelas contribuições freinetianas promovem um conjunto de integrações e ampliações educativas através de dinâmicas individuais-coletivas atravessadas pelas subjetividades escolares e socioculturais, objetivando a participação ativa dos alunos nas dinâmicas do ensino-aprendizagem, posto que proporciona alocações técnicas interativas pautadas na noção do educar em seus sentidos naturalísticos e formativos-vivenciais.

Vale ressaltar, além das potenciações e aspectos metodológicos citados anteriormente, os estudos e formatações freinetianas englobam outras tendências direcionais, a exemplo da tipografia escolar, da utilização de ateliês e rodas de conserva, dos fichários autocorretivos, dos murais de exposição direta, entre outros (BARROS; FERREIRA, 2022).

Outro ponto importante, permeiam a concepção de que as exposições dinâmicas e propriamente pedagógicas trazidas por Freinet podem ser aplicadas em variados contextos educacionais dentro e fora da educação básica, a exemplo dos cenários educacionais-infantis, dos ambientes não formais, das experiências formativas da Educação de Jovens e Adultos – EJA, dos liames do ensino superior, entre outros, como respectivamente abordados nos estudos de Ruppel e Corso (2012), de Riacheski (2015), de Barros e Vieira (2019).

Nos campos contemporâneos, enquanto forma de corroborar as presensificações significativas das ideais e direcionamentos iniciados por Freinet, observam-se que variados estudos contemporâneos revelam a pertencia técnica, filosófica e propriamente conceitual-vivencial das proposições teórico-práticas dos autor, como pode ser amplamente visualizado nas produções acadêmicas de Kusinoki (2023), de Fortunato (2023), de Abbeg (2024), de Oliveira e De Almeida (2024), de Guerra e Silva (2024), entre outros.

Por fim, destaca-se que as abordagens metodológicas-experienciais que fundamentam os pilares didáticos e interativos de Freinet, apesar de datarem do século passado, fomentam reflexões e adaptações significativas dos âmbitos educacionais na contemporaneidade, uma vez que os seus pressupostos teórico-práticos atravessam camadas participativas, comunicativas e naturalísitcas enquanto diretrizes intrínsecas das formações da aprendizagem, pondo o alunato enquanto personagem ativo e diretor das investidas e descobertas dentro e fora das ambientações da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente do discutido, fica evidente que as contribuições e sistematizações de Freinet são essenciais para se (re)pensar as medidas educativas e didáticas presentes na educação atual, sobretudo quando mencionado as visualizações e percepções do educando como ser ativo e experiencial imerso nas dinâmicas socioculturais, pedagógicas e formativas dentro e fora dos muros escolares, revelando que a utilização de posturas ativas, autônomas, participativas e dialógicas podem ser meios fundamentais para a consolidação de sujeitos críticos mediante as fomentações técnicas-educacionais.

Além disso, aponta-se que, considerando as discussões anteriores, as tendências freinetianas visam ir além das modalidades tradicionais e engessadas permeadas nas ações instrucionais de caráter unilateral, visto que as proposições metodológicas-ativas e extraescolares são abordadas como estratégias experienciais-interativas próprias das interlocuções pedagógicas, trazendo à tona os vieses naturalísticos como formatações necessárias para a fortificação de moldes educativos ampliados.

REFERÊNCIAS

ABBEG, Valter Andre Jonathan Osvaldo. Entrelaçando fios da educação: confluência teórica de Feuerstein, Ausubel e Freinet-um debate necessário entre passado e presente. **Interdisciplinaria de Las Mentalidades**, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2024.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de; FERREIRA, Greice. A formação de professores e os princípios de Célestin Freinet em Municípios Paranaenses. Cadernos CEDES, v. 42, n. 117, p. 199-210, 2022.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach; VIEIRA, Andréia Maria. A aula-passeio como experiência vivida: Freinet no ensino superior. Revista Internacional de Formação de Professores, p. 79-91, 2019.

COSTA, MC da C. A pedagogia de Célestin Freinet e a vida cotidiana como central na prática pedagógica. Revista HISTEDBR on-line, v. 6, n. 23, p. 26-31, 2006.

DALLABRIDA, Norberto; FURTADO, Denise. Texto livre, trabalho colaborativo e imprensa escolar na Pedagogia Freinet. Revista Educação em Questão, v. 59, n. 60, 2021.

ELIAS, Marisa Del Cioppo. A atualidade da proposta pedagógica de Célestin Freinet. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 12, n. 1, p. 612-619, 2017.

FORTUNATO, Ivan. Célestin Freinet no ensino de ciências: um estado do conhecimento. Temas & Matizes, v. 17, n. 29, p. 233-252, 2023.

GUERRA, Guilherme; SILVA, Juliana. Espaço e educação: A manipulação do ambiente escolar em Pestalozzi, Montessori e Freinet. **Revista Sem Aspas**, p. e024002-e024002, 2024.

ITO, Claudemira; et al. TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM PRESIDENTE PRUDENTE: EXPERIÊNCIA COM A AULA PASSEIO. Revista Tópos, v. 4, n. 2, p. 193-211, 2010.

KUSUNOKI, Karolyne Aparecida Ribeiro et al. Técnicas freinet na escola da infância: possibilidades para o processo de humanização. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 42, n. 1, p. 233-245, 2023.

MUÑOZ, Francesc Imbernón. Célestin Freinet, una pedagogía actual y vigente. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 12, n. 1, p. 591-595, 2017.

OLIVEIRA, Taís Regina Stein; DE ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri; ZUKOWSKY-TAVARES, Cristina. AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA FREINET PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. e024097-e024097, 2024.

RICACHESKI, Lissane Dolores. Aula-Passeio na EJA: mais que diversão, espaço de aprendizagem. Repositório UFRGS, 2015.

RUPPEL, Jussara de Fátima Ivanski; CORSO, Angela Maria. A pedagogia freinetiana no contexto da educação infantil: um olhar sobre a aula passeio. Semana de Pedagogia, 2012.

SOARES, Wedna Cirino. O livro da vida como agente facilitador da aprendizagem: as contribuições da livre expressão. Repositório UFRN, 2016. Dissertação de Mestrado. Brasil.

YAMASHITA, Dayane Cristina Moraes; LIMA, Cinthia Vieira Brum. Para além dos muros da escola: a correspondência interescolar. Linha Mestra, v. 16, n. 46, p. 1003-1011, 2022.

CAPÍTULO 2

EFEITOS DA IMOBILIDADE PROLONGADA EM PACIENTES GRAVES COM COVID-19[2]

Renata Carla Pereira dos Santos
Centro Universitário Leão Sampaio - UNILEÃO, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. E-mail: renatacanzenza@gmail.com

RESUMO: O trabalho aborda os efeitos da imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19. O objetivo geral do trabalho é analisar os efeitos da imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19, destacando as consequências para a saúde física e mental, as complicações associadas e as estratégias de reabilitação e manejo durante a recuperação. E os objetivos específicos: investigar as principais consequências fisiológicas da imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19, abordando o impacto nos sistemas cardiovascular, respiratório e musculoesquelético; descrever estratégias de manejo e intervenções terapêuticas adotadas para minimizar as complicações da imobilidade prolongada em pacientes com COVID-19 durante a internação hospitalar e apresentar abordagens de reabilitação física e mental para pacientes pós-COVID-19 que passaram por períodos de imobilidade prolongada, focando na recuperação da funcionalidade e na promoção do bem-estar. A pesquisa é de extrema importância, pois busca aprofundar o entendimento sobre os efeitos da imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19 e as estratégias que podem ser implementadas para mitigar esses efeitos. Neste trabalho, foi utilizada uma abordagem qualitativa, que se destaca pela capacidade de captar e descrever fenômenos em profundidade. A pesquisa bibliográfica foi o eixo metodológico adotado. Os resultados da pesquisa apontam que a imobilização prolongada, associada ao tratamento intensivo, gera impactos nos sistemas cardiovascular, respiratório e musculoesquelético. A mobilização precoce e a fisioterapia são intervenções fundamentais para minimizar essas complicações e promover uma recuperação funcional mais rápida e eficaz.

Palavras-chave: Imobilidade. Prolongada. Pacientes graves. Covid-19. Fisiorerapia.

[2] Este capítulo foi originalmente publicado como artigo em: SANTOS, Renata Carla Pereira dos. Efeitos da imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19. **Revista AC**, v. 1, n. 1, p. 11-25, jan./jun. 2026. ISSN 3086-819X. O texto é republicado nesta obra em formato de capítulo de livro, com preservação integral do conteúdo e da autoria, com o objetivo de ampliar sua difusão e alcançar um público leitor cada vez maior.

ABSTRACT: The work addresses the effects of prolonged immobility in critically ill patients with COVID-19. The general objective of the work is to analyze the effects of prolonged immobility in critically ill patients with COVID-19, highlighting the consequences for physical and mental health, associated complications, and rehabilitation and management strategies during recovery. And the specific objectives: to investigate the main physiological consequences of prolonged immobility in critically ill patients with COVID-19, addressing the impact on the cardiovascular, respiratory, and musculoskeletal systems; to describe management strategies and therapeutic interventions adopted to minimize the complications of prolonged immobility in patients with COVID-19 during hospitalization; and to present physical and mental rehabilitation approaches for post-COVID-19 patients who have experienced periods of prolonged immobility, focusing on the recovery of functionality and the promotion of well-being. The research is extremely important, as it seeks to deepen the understanding of the effects of prolonged immobility in critically ill patients with COVID-19 and the strategies that can be implemented to mitigate these effects. This study used a qualitative approach, which stands out for its ability to capture and describe phenomena in depth. Bibliographic research was the methodological axis adopted. The results of the research indicate that prolonged immobilization, associated with intensive treatment, generates impacts on the cardiovascular, respiratory and musculoskeletal systems. Early mobilization and physiotherapy are essential interventions to minimize these complications and promote faster and more effective functional recovery.

Keywords: Immobility. Prolonged. Severe patients. Covid-19. Physiotherapy.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, iniciada em 2019, provocou uma crise global, afetando milhões de pessoas e exigindo uma resposta coordenada em áreas como saúde, economia e políticas públicas. A doença, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, levou ao colapso de sistemas de saúde em diversas partes do mundo, com consequências graves para pacientes internados em UTIs (REIS, 2023).

A imobilidade prolongada é uma consequência para pacientes em estado grave, especialmente aqueles internados em unidades de terapia intensiva (UTIs) devido a COVID-19. O uso contínuo de ventilação mecânica invasiva (VMI), a sedação profunda e a necessidade de permanência prolongada em leito contribuem para sérios efeitos fisiológicos, como atrofia muscular e fraqueza generalizada, o que pode resultar em sequelas físicas e cognitivas que impactam a qualidade de vida dos pacientes após a alta hospitalar. Mesmo após a alta, muitos pacientes ainda enfrentam dificuldades funcionais, como a incapacidade de realizar atividades diárias sem ajuda, refletindo a importância da intervenção precoce para prevenir ou minimizar tais consequências (REIS, 2023; PESO, 2023).

A principal problemática desta pesquisa está relacionada aos possíveis efeitos deletérios da imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19. Durante a internação em UTI, esses pacientes enfrentam uma combinação de fatores adversos, como o uso de ventilação mecânica, sedação e imobilização no leito, que resultam em sérios danos à força muscular, capacidade funcional e saúde mental. As sequelas dessas condições podem persistir muito após a alta

hospitalar, afetando diretamente a qualidade de vida e a independência dos sobreviventes (REIS, 2023). Assim, pretende-se responder a seguinte pergunta da pesquisa: Quais as consequências da imobilidade prolongada em pacientes graves com covid-19?

Esta pesquisa é de extrema importância, pois busca aprofundar o entendimento sobre os efeitos da imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19 e as estratégias que podem ser implementadas para mitigar esses efeitos. Com a alta sobrevida observada entre os pacientes críticos de COVID-19, especialmente em contextos de internações prolongadas em UTIs, a reabilitação torna-se uma necessidade emergente para garantir uma recuperação funcional adequada. Ao investigar as sequelas físicas e cognitivas desses pacientes, o estudo contribuirá para o desenvolvimento de práticas de reabilitação mais eficazes, que podem ser aplicadas não só a pacientes de COVID-19, mas também em outros contextos de doenças críticas (PESO, 2023).

A relevância desta pesquisa também está em sua contribuição para a melhoria das estratégias de cuidado em unidades de terapia intensiva, especialmente no que se refere à implementação de mobilização precoce e outras intervenções de fisioterapia. Ao identificar quais fatores influenciam a recuperação funcional dos pacientes pós-COVID, este estudo pode servir como base para políticas de saúde pública que promovam intervenções preventivas e reabilitadoras eficazes. Além disso, os dados obtidos podem auxiliar na formação de protocolos clínicos mais robustos, que considerem não só os aspectos físicos da recuperação, mas também as necessidades psicológicas e cognitivas dos pacientes (REIS, 2023; PESO, 2023).

O presente estudo tem como objetivo geral analisar os efeitos da imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19, destacando as consequências para a saúde física e mental, as complicações associadas e as estratégias de reabilitação e manejo durante a recuperação. Os objetivos específicos consistem em: investigar as principais consequências fisiológicas da imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19, abordando o impacto nos sistemas cardiovascular, respiratório e musculoesquelético; descrever estratégias de manejo e intervenções terapêuticas adotadas para minimizar as complicações da imobilidade prolongada em pacientes com COVID-19 durante a internação hospitalar e apresentar abordagens de reabilitação física e mental para pacientes pós-COVID-19 que passaram por períodos de imobilidade prolongada, focando na recuperação da funcionalidade e na promoção do bem-estar.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é considerada uma atividade que combina criação e investigação, funcionando como uma ferramenta essencial para o progresso do conhecimento (Demo, 2006). A realização de análises consistentes depende da utilização de informações confiáveis e bem organizadas, que proporcionem uma compreensão mais aprofundada do tema. Para alcançar esse objetivo, é importante adotar abordagens variadas e explorar diferentes perspectivas, enriquecendo o entendimento e ampliando as interpretações. Neste trabalho, foi utilizada uma abordagem qualitativa, que se destaca pela capacidade de captar e descrever fenômenos em profundidade. A pesquisa bibliográfica foi o eixo metodológico adotado, permitindo o levantamento e a organização de contribuições teóricas de diversos autores. Esse método favoreceu a articulação entre diferentes interpretações e possibilitou o aprofundamento das discussões sobre os aspectos mais relevantes do estudo.

Conforme descrito por Minayo (2001), a pesquisa bibliográfica constitui um método eficaz para abordar fenômenos complexos, especialmente quando se busca compreender suas relações com o contexto histórico. Essa prática organiza a obtenção de respostas específicas, utilizando-se de fontes literárias para construir uma base de conhecimento sólida e fundamentada.

De acordo com Gil (2017), a inclusão de perspectivas variadas na análise é considerada fundamental para a ampliação dos resultados alcançados. Essa abordagem crítica possibilita a identificação de soluções mais alinhadas às demandas atuais e contribui para o desenvolvimento de reflexões mais amplas e contextualizadas. A elaboração deste trabalho envolveu a consulta a uma variedade de fontes, como livros, artigos acadêmicos, resumos e materiais digitais. Entre os recursos utilizados, destaca-se a base de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), PubMed e LILACS que proporcionou acesso a conteúdos atualizados e relevantes. Essa estratégia permitiu a construção de uma fundamentação teórica sólida e ajustada às demandas do tema investigado. Foram utilizadas as palavras-chave “imobilidade prolongada”, “Covid-19”, “pacientes graves” e “fisioterapia”, para direcionar a busca por materiais relevantes. Essa estratégia otimizou o processo de seleção de conteúdos, garantindo que fossem diretamente relacionados ao tema e contribuíssem para o alcance dos objetivos estabelecidos.

Para a seleção dos artigos utilizados nesta pesquisa, foram adotados como critérios de inclusão estudos publicados entre os anos de 2021 e 2024, disponíveis em português e inglês, que abordassem diretamente os efeitos da imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19, com ênfase na reabilitação, mobilização precoce e intervenções fisioterapêuticas. Foram priorizados artigos

acessíveis nas bases de dados SciELO, PubMed e LILACS, com metodologia clara e relevância para a temática. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos que não abordavam especificamente pacientes em estado grave ou internados em unidades de terapia intensiva, artigos duplicados nas bases pesquisadas, publicações que tratavam de outras doenças que não a COVID-19, bem como trabalhos que não estivessem disponíveis na íntegra.

3 RESULTADOS

O Quadro 1 apresenta um resumo dos estudos sobre a mobilização precoce e a fisioterapia em pacientes críticos, especialmente aqueles diagnosticados com COVID-19. Ele detalha as informações principais de cada pesquisa, como os autores, o ano de publicação, a obra, os objetivos, a metodologia utilizada e os resultados encontrados. Cada estudo tem um foco diferente, mas todos destacam a importância da mobilização precoce na recuperação funcional e na redução de complicações em pacientes críticos. Por exemplo, os estudos analisam a correlação entre a força muscular periférica e a independência funcional em pacientes pós-COVID-19, os benefícios da fisioterapia para pacientes submetidos à oxigenação por membrana extracorpórea (ECMO), e os efeitos da mobilização precoce na redução do tempo de internação e custos hospitalares.

Quadro 1 – Resumo dos estudos

AUTOR E ANO	OBRA	OBJETIVO	METODOLOGIA
REIS, Nair Fritzen dos et al. (2023)	Avaliação do estado funcional de doentes críticos diagnosticados com COVID-19: um estudo de coorte	Avaliar e comparar o estado funcional de doentes críticos diagnosticados com COVID-19 a curto e longo prazo, verificando a influência das variáveis sociodemográficas, antropométricas e clínicas no estado funcional.	Estudo longitudinal e prospectivo, incluindo pacientes adultos diagnosticados com COVID-19 internados em UTI. Avaliação da força muscular periférica (DPP), funcionalidade (SPPB) e capacidade física (TSL30s, TSL5r e VUM4m) aos quatro meses e um ano após a alta hospitalar. Os testes estatísticos incluíram McNemar, t de Student e regressão linear.
PESO, Claudia Neri (2023)	Mobilização precoce em pacientes com COVID-19 em UTI: melhora da funcionalidade pós-alta	Avaliar a associação da mobilização precoce com a funcionalidade de pacientes com COVID-19 após a alta da UTI e o impacto dessa intervenção.	Estudo observacional prospectivo realizado em quatro centros, incluindo pacientes adultos com COVID-19 internados em UTI. Comparou-se a mobilização precoce (< 72 h) à tardia (> 72 h), utilizando o Índice de Barthel, a Escala de Mobilidade em UTI, o MRC e a dinamometria.

AUTOR E ANO	OBRA	OBJETIVO	METODOLOGIA
MACHADO, Karina Costa (2023)	Elaboração de um manual de boas práticas de fisioterapia motora em pacientes críticos pronados	Elaborar um manual de boas práticas de fisioterapia motora para pacientes críticos em posição prona.	Estudo metodológico de caráter educativo realizado em quatro etapas: revisão da literatura, elaboração do manual de boas práticas, validação por painel de especialistas e revisão e aprimoramento do material.
LIMA, Patrícia de Castro David et al. (2023)	Benefícios da fisioterapia em pacientes que utilizam a oxigenação por membrana extracorpórea	Analisar os benefícios da fisioterapia em pacientes que utilizam oxigenação por membrana extracorpórea (ECMO).	Revisão integrativa da literatura, realizada entre fevereiro e maio de 2023, com seleção de estudos publicados em português e inglês nas bases LILACS, MEDLINE, SciELO e PubMed.
CHAGAS, Ruan das et al. (2024)	Impacto da mobilização precoce em pacientes na unidade de terapia intensiva sobre o tempo de internação e custos: revisão narrativa	Identificar estudos sobre os efeitos da mobilização precoce em pacientes hospitalizados em UTI, analisando o tempo de internação e os custos hospitalares; sintetizar as evidências, destacar tendências e lacunas e propor recomendações para a prática clínica e futuras pesquisas.	Revisão narrativa com levantamento bibliográfico nas bases SciELO, PEDro e PubMed, considerando artigos publicados entre 2014 e 2024.
ANDRADE, Taci Ana Cesar et al. (2021)	Correlação da força muscular periférica com o grau de dependência funcional em pacientes pós-COVID-19 antes e após reabilitação em um hospital de retaguarda	Descrever a correlação entre independência funcional e força muscular periférica, mensuradas pelo Índice de Barthel e pela dinamometria, respectivamente, em pacientes adultos após reabilitação em hospital de retaguarda, comparando os valores da admissão e da alta.	Estudo transversal, descritivo e retrospectivo, com abordagem quantitativa, realizado no setor de reabilitação de um hospital de retaguarda em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, mediante análise de dados institucionais provenientes de prontuários eletrônicos de pacientes com diagnóstico pós-COVID-19.
COSTA, Caroline Santos et al. (2022)	Sequelas da COVID-19 e o papel da fisioterapia na reabilitação do paciente	Apresentar as principais sequelas causadas pela COVID-19, demonstrando a importância da fisioterapia na reabilitação dos indivíduos acometidos por essas alterações.	Revisão bibliográfica sobre o impacto das sequelas da COVID-19 e a importância da fisioterapia para a recuperação, incluindo dados da literatura sobre mobilização precoce e reabilitação respiratória.
DE MATTOS, Gutierre Varollo et al. (2021)	A importância do profissional da fisioterapia na reabilitação em épocas de COVID-19	Investigar o conhecimento da população acerca da importância do profissional de fisioterapia no tratamento de pacientes com COVID-19 e pós-COVID-19.	Estudo teórico baseado em revisão da literatura sobre a importância da fisioterapia para pacientes pós-COVID-19, com ênfase na mobilização precoce e na reabilitação respiratória.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

As principais consequências fisiológicas da imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona diversos desafios para a saúde pública, especialmente no tratamento de pacientes graves que necessitaram de internação em Unidades de Terapia Intensiva (UTI). A imobilidade prolongada, associada à gravidade da doença, representa um dos principais fatores de complicação nos sobreviventes, afetando a funcionalidade física e a qualidade de vida. Reis et al. (2023) e Peso (2023) ressaltam que a imobilização prolongada tem efeitos profundos em múltiplos sistemas do corpo, com consequências duradouras, particularmente nos sistemas cardiovascular, respiratório e musculoesquelético.

A permanência em UTI, muitas vezes associada ao uso de ventilação mecânica invasiva (VMI), sedativos e bloqueadores neuromusculares, está diretamente ligada ao desenvolvimento de fraqueza muscular e perda da capacidade funcional. De acordo com Reis et al. (2023), os pacientes críticos com COVID-19 que necessitaram de VMI apresentaram um declínio na força muscular, o que se refletiu em dificuldades de movimentação e no aumento da dependência funcional. A imobilização prolongada, por sua vez, contribui para a atrofia muscular e sarcopenia, uma condição em que há perda de massa e força muscular, impactando diretamente a capacidade dos pacientes em realizar atividades da vida diária (Peso, 2024).

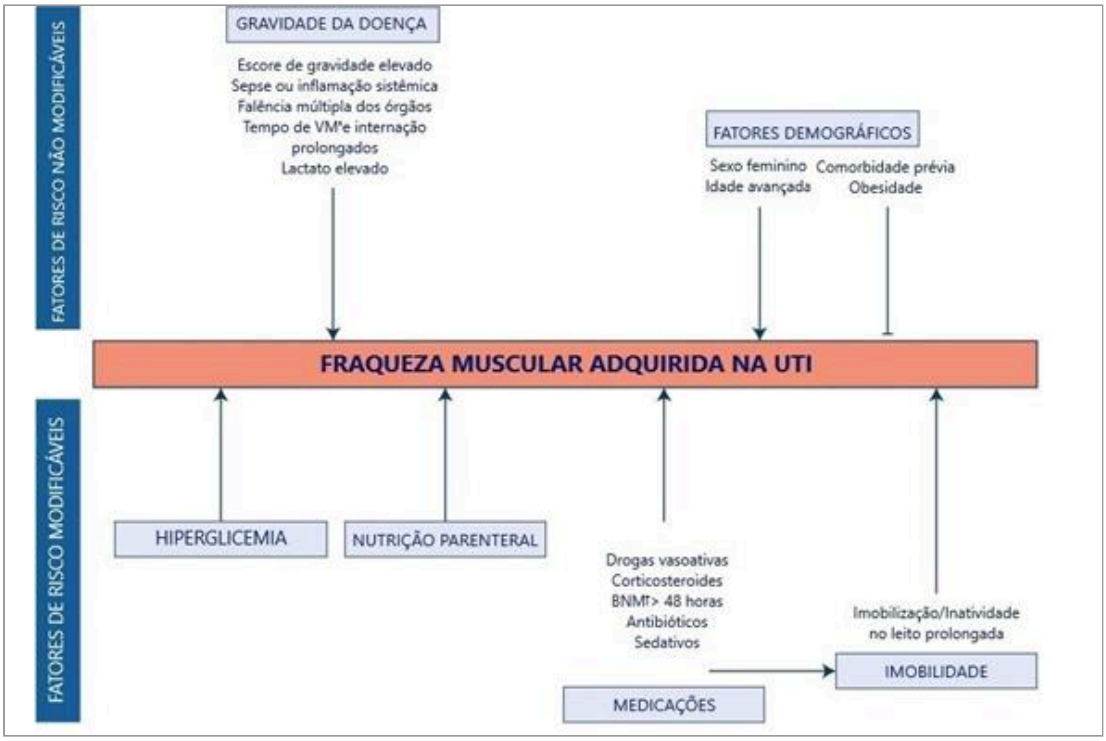
Os efeitos da imobilidade no sistema cardiovascular são igualmente devastadores. Reis et al. (2023) destaca que a falta de mobilização contribui para o aumento da frequência cardíaca, redução do volume sistólico e do débito cardíaco, o que compromete a eficiência cardiovascular. Além disso, a imobilização pode resultar em hipotensão postural, dificultando o retorno sanguíneo e a estabilidade hemodinâmica, o que aumenta o risco de complicações como trombose venosa profunda e embolia pulmonar. A mobilização precoce, portanto, é essencial para mitigar esses efeitos, favorecendo a circulação sanguínea e prevenindo complicações adicionais.

O sistema respiratório também sofre com a imobilidade prolongada. Durante a estadia na UTI, muitos pacientes com COVID-19 desenvolvem complicações pulmonares severas, como a síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA). Estudos indicam que a falta de mobilização reduz a capacidade vital, o volume de ar corrente e a capacidade de reserva funcional pulmonar. Peso (2024) apontam que pacientes imobilizados apresentam uma diminuição de até 50% na capacidade respiratória, o que pode agravar a situação clínica e prolongar a dependência de ventilação assistida. O impacto no sistema musculoesquelético é igualmente crítico, a imobilidade prolongada resulta em uma perda de massa muscular, com a diminuição da síntese de proteínas musculares e a redução da

força muscular. Peso (2023) aponta que a fraqueza muscular adquirida na UTI (FMA-UTI) é uma das principais sequelas em pacientes graves de COVID-19, sendo observada em grande parte dos pacientes após a alta hospitalar. A atrofia muscular e a perda de força prejudicam a capacidade dos pacientes de realizar tarefas simples, como caminhar e levantar-se da cama, comprometendo a sua independência.

A figura 1 ilustra os fatores de risco relacionados à fraqueza muscular adquirida na UTI (FMA-UTI), dividindo-os em dois grupos: fatores de risco não modificáveis e fatores de risco modificáveis. No primeiro grupo, estão a gravidade da doença (como escore de gravidade elevado, sepse, falência múltipla de órgãos, tempo prolongado de ventilação mecânica invasiva e lactato elevado), e fatores demográficos (como sexo feminino, idade avançada, comorbidade prévia e obesidade). Já no segundo grupo, encontram-se fatores como hiperglicemia, nutrição parenteral, uso de medicamentos como drogas vasoativas, corticosteroides, antibióticos e sedativos, e a imobilização prolongada no leito. Esses fatores contribuem para o desenvolvimento da fraqueza muscular em pacientes críticos internados na UTI.

Figura 1 – Fatores de risco para Fraqueza Muscular Adquirida na UTI (FMA-UTI)



Fonte: Reis et al. (2023, p. 26)

Outro aspecto relevante é a recuperação a longo prazo desses pacientes. Embora muitos pacientes apresentem uma melhora nos testes de funcionalidade após um ano da alta hospitalar, como mostrado por Peso (2024), cerca de 40% dos sobreviventes ainda enfrentam limitações na força muscular e na capacidade funcional. Além dos benefícios da mobilização precoce, a fisioterapia e outras intervenções terapêuticas também têm mostrado um impacto na recuperação funcional de pacientes pós-UTI. Reis et al. (2023) enfatiza que a fisioterapia, quando realizada precocemente, pode prevenir a fraqueza muscular e acelerar a recuperação da força e da mobilidade. Isso é particularmente importante para pacientes com COVID-19, que frequentemente enfrentam um longo período de reabilitação devido à complexidade da doença. Portanto, a imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19 resulta em sérias consequências para a saúde física e mental desses indivíduos, afetando os sistemas cardiovascular, respiratório e musculoesquelético. A mobilização precoce, associada à reabilitação física, é uma estratégia essencial para mitigar esses efeitos e promover uma recuperação mais rápida e eficaz.

Estratégias de manejo e intervenções terapêuticas adotadas para minimizar as complicações da imobilidade prolongada durante a internação hospitalar

A imobilização prolongada dos pacientes é uma das principais preocupações, pois pode levar a complicações severas, como fraqueza muscular adquirida na UTI (FMA-UTI), aumento da mortalidade e uma recuperação funcional mais lenta. Diversas intervenções terapêuticas têm sido adotadas para minimizar esses efeitos, entre elas a mobilização precoce, que tem mostrado benefícios substanciais na recuperação de pacientes com COVID-19 (Machado, 2023; Lima et al., 2023).

A mobilização precoce é um dos pilares da fisioterapia intensiva em pacientes críticos. Estudos revelam que, quando iniciada nas primeiras 72 horas após a internação, a mobilização pode melhorar a funcionalidade e reduzir o tempo de ventilação mecânica (Machado, 2023). A fisioterapia motora, que inclui técnicas de reabilitação progressiva, tem como objetivo preservar a força muscular e a amplitude de movimento, prevenindo complicações musculoesqueléticas e favorecendo uma recuperação mais rápida. As intervenções são especialmente importantes em pacientes pronados, que passam longos períodos imobilizados, muitas vezes em ventilação mecânica, devido à necessidade de melhorar a oxigenação (Machado, 2023).

A aplicação das técnicas de fisioterapia respiratória, como a remoção de secreções e o fortalecimento dos músculos respiratórios, é uma estratégia frequentemente utilizada em conjunto com a mobilização precoce. Além de melhorar a ventilação e a oxigenação, essas técnicas reduzem a dependência de

ventilação mecânica e aceleram a recuperação pulmonar (Lima et al., 2023). O uso da oxigenação por membrana extracorpórea (ECMO) em casos graves de falência respiratória também pode ser aliado a essas práticas, pois permite que o paciente se beneficie de um suporte vital temporário, enquanto as terapias de mobilização favorecem a reabilitação funcional e a redução das complicações associadas à imobilização (Lima et al., 2023).

Além da fisioterapia respiratória, a fisioterapia motora também é imprescindível na recuperação de pacientes críticos. Durante a internação em UTI, a imobilidade pode causar uma perda significativa de força muscular, afetando a capacidade de movimentação e a autonomia dos pacientes. Para mitigar esses efeitos, a fisioterapia motora visa a manutenção ou recuperação da força muscular, evitando a sarcopenia e a atrofia muscular (Machado, 2023). A mobilização precoce, por sua vez, deve ser realizada de forma controlada, levando em consideração a condição clínica do paciente e utilizando técnicas progressivas, como a mobilização passiva e ativa assistida (Chagas; Ferreira; Viviani, sd).

De acordo com a pesquisa de Lima e Santos (2023), a ECMO tem mostrado ser uma alternativa eficaz para pacientes com COVID-19 em estado crítico, especialmente quando combinada com a fisioterapia respiratória precoce. A prática da fisioterapia motora em pacientes submetidos à ECMO contribui para a melhora da função muscular e reduz o tempo de internação na UTI, facilitando a reabilitação pós-alta. Embora os benefícios da fisioterapia sejam amplamente reconhecidos, os autores ressaltam que a prática requer um protocolo bem estabelecido, especialmente em relação à segurança e eficácia das intervenções, além de uma avaliação criteriosa dos custos envolvidos (Lima et al., 2023).

Durante a pandemia, muitos centros de saúde implementaram protocolos de mobilização precoce adaptados à realidade dos pacientes com COVID-19. A mobilização precoce não só melhora a funcionalidade e a recuperação pulmonar, mas também pode reduzir a permanência na UTI, diminuindo os custos hospitalares. A redução do tempo de internação e a melhora do prognóstico pós-alta são aspectos que tornam a mobilização precoce uma prática essencial no manejo de pacientes críticos (Chagas; Ferreira; Viviani, sd). A utilização de protocolos de mobilização precoce também tem mostrado eficácia na diminuição da fraqueza muscular adquirida, que afeta muitos pacientes com ventilação mecânica prolongada (Machado, 2023).

Contudo, apesar dos benefícios demonstrados, a mobilização precoce tem desafios relacionados à falta de padronização nos protocolos e à implementação de práticas em ambientes de UTI. Os profissionais de saúde devem ser capacitados para realizar a mobilização de forma segura, especialmente em pacientes com doenças graves como a COVID-19. A capacitação de equipes multiprofissionais,

como a oferecida pelo programa PEPPRONA, tem sido fundamental para a efetiva realização da mobilização precoce, garantindo a segurança e o sucesso do procedimento (Machado, 2023).

Em termos de custo-benefício, a mobilização precoce tem se mostrado vantajosa, uma vez que reduz o tempo de internação e melhora a recuperação funcional, contribuindo para a redução das despesas hospitalares. Estudos como o de Chagas, Ferreira e Viviani (2023) indicam que, embora a mobilização precoce exija a alocação de recursos adicionais, como a contratação de fisioterapeutas especializados, o impacto positivo sobre a recuperação e o tempo de internação compensa amplamente os custos iniciais.

Por fim, é fundamental que mais pesquisas sejam realizadas para estabelecer protocolos universais de mobilização precoce, com a análise detalhada dos custos e dos resultados em longo prazo. A implementação dessas estratégias de forma mais ampla pode ser decisiva para melhorar o prognóstico dos pacientes com COVID-19 e outras condições críticas, além de otimizar os recursos da saúde pública e privada, contribuindo para um atendimento de maior qualidade e eficácia (Chagas; Ferreira; Viviani, 2023).

Fisioterapia para pacientes pós-COVID-19 que passaram por períodos de imobilidade prolongada

Os pacientes que sobreviveram à forma grave da infecção de COVID-19, muitos dos quais necessitaram de ventilação mecânica e internação em unidades de terapia intensiva (UTI), frequentemente passam um processo prolongado de recuperação devido à imobilidade prolongada, que resulta em perdas significativas de força muscular, comprometimento funcional e sérias complicações físicas. Nesse cenário, a fisioterapia se destaca como um dos principais instrumentos terapêuticos para reabilitação e recuperação dos pacientes pós-COVID-19 (Andrade et al., 2021).

A fraqueza muscular adquirida durante a internação prolongada é uma das sequelas mais comuns nos pacientes críticos de COVID-19, especialmente aqueles que necessitaram de ventilação mecânica invasiva. A fraqueza muscular, resultante da imobilização prolongada, está frequentemente associada à síndrome pós-cuidados intensivos, que afeta a força muscular periférica e compromete a capacidade de realizar atividades diárias. Nesse contexto, a fisioterapia motora e respiratória torna-se essencial para a recuperação funcional dos pacientes, permitindo a reabilitação das capacidades motoras, respiratórias e de força (Mattos et al., 2021).

No caso dos pacientes pós-COVID-19, a utilização do Índice de Barthel para avaliação da funcionalidade e da dinamometria para mensuração da força muscular periférica tem sido comum. Andrade et al. (2021) relataram que os pacientes que participaram de programas de reabilitação em hospital de retaguarda apresentaram melhorias significativas tanto na força de preensão manual quanto nos escores do Índice de Barthel, comparando os valores obtidos na admissão e na alta. A melhora reflete a eficácia da fisioterapia na recuperação da independência funcional e na redução das limitações físicas causadas pela imobilidade prolongada.

A fisioterapia respiratória é outra área de grande importância na reabilitação dos pacientes pós-COVID-19. O comprometimento respiratório causado pela infecção, associado ao tempo prolongado de ventilação mecânica, pode resultar em danos pulmonares significativos, como a síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA). A reabilitação respiratória, por meio de exercícios respiratórios, mobilização torácica e técnicas de expansão pulmonar, ajuda a melhorar a função respiratória e reduzir o risco de complicações, como a fibrose pulmonar (De Mattos et al. 2021).

Além da fisioterapia motora e respiratória, o manejo das complicações musculoesqueléticas, como a dor, a rigidez muscular e as contraturas, também faz parte do tratamento fisioterapêutico. Pacientes pós-COVID-19 frequentemente desenvolvem miopatias e polineuropatias, o que compromete ainda mais a sua capacidade de se mover de forma autônoma. A fisioterapia deve, portanto, abordar a reabilitação da força muscular, e também a prevenção e o tratamento de lesões secundárias, como as úlceras por pressão, que são comuns devido à imobilização prolongada (Mattos et al., 2021; Costa et al., 2022). Os dados apresentados por Costa et al. (2022) indicam que a reabilitação fisioterapêutica não se limita à recuperação física, mas também envolve o cuidado com a saúde mental dos pacientes. O impacto psicológico da internação prolongada e da imobilidade pode ser profundo, com muitos pacientes enfrentando ansiedade, depressão e estresse pós-traumático.

No aspecto fisioterápico, a mobilização precoce, que deve ser iniciada logo após a estabilização clínica do paciente, é uma estratégia fundamental para minimizar os efeitos da imobilidade. A mobilização precoce ajuda a preservar a função muscular e pulmonar, reduzindo a incidência de complicações como a trombose venosa profunda e a perda muscular significativa (Mattos et al., 2021). A mobilização deve ser adaptada à condição clínica de cada paciente, iniciando com exercícios passivos e gradualmente progredindo para atividades mais intensas à medida que a recuperação avança.

Além disso, a presença da fisioterapia no pós-COVID-19 também é imprescindível para o acompanhamento dos pacientes que, após a alta hospitalar, continuam a experimentar dificuldades em retomar suas atividades diárias. A perda de força muscular, a falta de resistência e as dificuldades respiratórias persistem por longos períodos, e o acompanhamento fisioterapêutico é essencial para garantir que esses pacientes recuperem sua funcionalidade (Andrade et al., 2021). O estudo de Andrade et al. (2021) também revela que os pacientes com comorbidades, como hipertensão, diabetes e doenças cardiovasculares, enfrentam um risco maior de complicações durante e após a infecção por COVID-19. A fisioterapia, nesse contexto, não se limita a tratar as sequelas físicas da doença, mas também ajuda a controlar os fatores de risco associados às comorbidades, promovendo uma recuperação mais segura e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciados no presente estudo permitiram uma análise aprofundada sobre os efeitos da imobilidade prolongada em pacientes graves com COVID-19, abordando as consequências dessa condição para a saúde física e mental dos indivíduos afetados. Ficou claro que a imobilização prolongada, associada ao tratamento intensivo, gera impactos nos sistemas cardiovascular, respiratório e musculoesquelético. O estudo contribuiu para um melhor entendimento das estratégias de manejo adotadas durante a internação hospitalar, demonstrando como a mobilização precoce pode reduzir a dependência de ventilação mecânica e o tempo de permanência em UTIs. A pesquisa reforça a importância de práticas de mobilização precoce como parte integral do tratamento para pacientes graves, e a necessidade de protocolos validados que possam ser amplamente aplicados para garantir uma recuperação funcional mais eficaz e digna para os pacientes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Taci Ana Cesar et al. Correlação da força muscular periférica com o grau de dependência funcional em pacientes pós COVID-19 antes e após reabilitação em um hospital de retaguarda. **Brazilian Journal of Development**, 2021.

CHAGAS, Das; FERREIRAA, Ruan; VIVIANI, Alessandra Gasparellob. **Impacto da mobilização precoce em pacientes na unidade de terapia intensiva sobre o tempo de internação e custos: revisão narrativa**, Sd.

COSTA, Caroline Santos; ALMEIDA, Victor Alexandre Lopes; OLIVEIRA, Ianne Gracielle Barbosa; OLIVEIRA, Jéssica de Castro Nascimento de; BEZERRA, Ellen Aparecida Guimarães; LOPES, Maria Carolina Soares; PEREIRA, Wilson Vicente Souza; BARBOSA, Patrícia Gonçalves Prates; BARBOSA, Renata de Lima; BEZERRA JÚNIOR, Maximino Alencar. Sequelas da Covid-19 e o papel da fisioterapia na reabilitação do paciente. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 6, p. e10052-e10052, 2022.

DE MATTOS, Gutierre Varollo et al. A Importância Do Profissional Da Fisioterapia Na Reabilitação Em Épocas De Covid 19. **Revista CPAQV–Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida| Vol**, v. 13, n. 3, p. 2, 2021.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. Ed. São Paulo: **Cortez**, 2006.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. São Paulo: **Editora Atlas**, 2017.

LIMA, Patrícia de Castro David de; DOS SANTOS, Suzete Carla Maria; SOUZA, Maria Cristina Damasceno Dos Passos. Benefícios da fisioterapia em pacientes que utilizam a oxigenação por membrana extracorpórea. **BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, v. 39, n. 33, p. 1-29, 2023.

MACHADO, Karina Costa. **Elaboração de um manual de boas práticas de fisioterapia motora em pacientes críticos pronados**. 2023.

MINAYO, M. C. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social**. In: _____. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

PESO, Claudia Neri. **Mobilização precoce em pacientes com COVID-19 em UTI: melhora da funcionalidade pós-alta**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2024.

REIS, Nair Fritzen dos et al. **Avaliação do estado funcional de doentes críticos diagnosticados com COVID-19:** um estudo de coorte. 2023.

CAPÍTULO 3

CONSULTORIA TRIBUTÁRIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRODUÇÃO TÊXTIL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO - PB[3]

Petros Renan Custódio da Silva Almeida
Faculdade Caicoense Santa Teresinha, Caicó, RN, Brasil. E-mail: petrosrenan@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho abordará sobre consultoria tributária: um estudo de caso em uma empresa de produção têxtil no município de São Bento - PB. A ausência de um planejamento tributário eficaz pode resultar em um aumento nos custos operacionais, refletindo negativamente na receita bruta das empresas. Diante disso, como a ausência de um estudo aprofundado sobre a carga tributária afeta a receita bruta das empresas industriais do setor têxtil em São Bento/PB e quais estratégias poderiam ser implementadas para evitar impactos negativos nos consumidores e na competitividade do setor? O presente estudo tem o objetivo geral: analisar o regime atual da empresa, identificando seus pagamentos aos tributos e identificar se a mesma está obtendo lucros através da análise de balanços. A realização de um estudo sobre consultoria tributária em uma empresa de produção têxtil se justifica pela relevância econômica do setor na região. Essa pesquisa foi realizada através do método de estudo de caso em uma empresa de produção têxtil no município de São Bento – PB, a coleta de dados foi realizada por meio de fontes bibliográficas sobre o tema. Com o desenvolvimento da pesquisa, descobriu-se que a empresa têxtil analisada, situada no município de São Bento/PB, apresenta uma estrutura financeira equilibrada, com destaque para a gestão dos custos tributários e operacionais. A utilização do regime do Simples Nacional mostrou-se vantajosa para o perfil da organização, garantindo a simplificação do recolhimento de tributos e contribuindo para a manutenção de sua competitividade no mercado regional.

Palavras-chave: Consultoria. Tributária. Empresa. Produção. Textil.

[3] Este capítulo foi originalmente publicado como artigo em: ALMEIDA, Petros Renan Custódio da Silva. Consultoria tributária: um estudo de caso em uma empresa de produção têxtil no município de São Bento - PB. **Revista AC**, v. 1, n. 1, p. 1-10, jan./jun. 2026. ISSN 3086-819X. O texto é republicado nesta obra em formato de capítulo de livro, com preservação integral do conteúdo e da autoria, com o objetivo de ampliar sua difusão e alcançar um público leitor cada vez maior.

ABSTRACT: This paper will address tax consultancy: a case study in a textile production company in the city of São Bento - PB. The lack of effective tax planning can result in an increase in operating costs, negatively reflecting on the companies' gross revenue. Given this, how does the lack of an in-depth study on the tax burden affect the gross revenue of industrial companies in the textile sector in São Bento/PB and what strategies could be implemented to avoid negative impacts on consumers and the sector's competitiveness? The present study has the general objective: to analyze the company's current regime, identifying its tax payments and identifying whether it is making profits through balance sheet analysis. Carrying out a study on tax consultancy in a textile production company is justified by the economic relevance of the sector in the region. This research was carried out through the case study method in a textile production company in the city of São Bento - PB, data collection was carried out through bibliographic sources on the subject. As the research progressed, it was discovered that the textile company analyzed, located in the city of São Bento/PB, has a balanced financial structure, with emphasis on the management of tax and operational costs. The use of the Simples Nacional regime proved to be advantageous for the organization's profile, ensuring the simplification of tax collection and contributing to maintaining its competitiveness in the regional market.

Keywords: Consulting. Tax. Company. Production. Textile.

1 INTRODUÇÃO

As empresas têm a necessidade primária de ter uma boa analise de financeira, para evitar problemas futuros, além de obter resultados mais eficientes, graças a uma economia perante pagamentos de tributos. Neste trabalho será mostrado a importância da análise, colocando como objeto de estudo uma análise da tributação de uma empresa industrial do setor têxtil do município de São Bento/PB.

O setor têxtil é uma importante base econômica no município de São Bento/PB, conhecido por sua tradição produtiva e contribuição para o mercado local e regional. A ausência de um planejamento tributário eficaz pode resultar em um aumento nos custos operacionais, refletindo negativamente na receita bruta das empresas. Como consequência, há o risco de que tais custos sejam repassados aos consumidores finais, prejudicando a competitividade e o acesso aos produtos. Diante disso, como a ausência de um estudo aprofundado sobre a carga tributária afeta a receita bruta das empresas industriais do setor têxtil em São Bento/PB e quais estratégias poderiam ser implementadas para evitar impactos negativos nos consumidores e na competitividade do setor?

O presente estudo tem o objetivo geral: analisar o regime atual da empresa, identificando seus pagamentos aos tributos e identificar se a mesma está obtendo lucros através da análise de balanços, decorrente da solicitação feita pela empresa analisada não será divulgado a sua identidade, devido à administração da mesma poder ficar muito exposta e comprometer sua competitividade frente seus concorrentes.

A realização de um estudo sobre consultoria tributária em uma empresa de produção têxtil é justificada pela importância econômica do setor na região, reconhecido por sua significativa contribuição para os mercados locais e nacionais. Nesse contexto, a elevada carga tributária constitui um dos principais desafios para a competitividade e a sustentabilidade financeira das empresas. A adoção de uma gestão tributária eficiente, apoiada por consultorias especializadas, pode ser fundamental para reduzir custos, otimizar a utilização de recursos financeiros e garantir o cumprimento adequado das obrigações fiscais.

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa foi realizada através do método de estudo de caso, a coleta de dados foi realizada por meio de fontes bibliográficas sobre o tema, para ajudar no entendimento das informações contidas nos relatórios e dados fornecidos pela empresa.

A pesquisa configura-se de forma descritiva, de caráter qualitativo. Pesquisa descritiva de acordo com Gil (1991), tem o objetivo da descrição das características de determinada população ou fenômeno, fazendo a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como por exemplo, de questionário e a observação sistemática. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) a pesquisa qualitativa é: “os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”.

Os procedimentos realizados serão por meio de fontes primárias e secundárias. Os dados primários são através de um estudo caso, segundo Martins e Lintz (2007, p.23) “trata-se de uma técnica cujo objetivo é o estudo de uma unidade que se analisa profunda e intensamente”.

A utilização deste método tem como objetivo confirmar a maneira mais adequada de tributação a ser empregada na empresa estudada. Para elaboração de um estudo de caso, é necessária uma coleta de dados bastante aprofundada, a fim de elucidar a situação analisada. O estudo de caso foi realizado através de dados fornecidos pela empresa, graças aos dados extratos do Simples Nacional, Declaração das Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) todas do ano calendário 2024.

Os dados secundários fundamentam-se em pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (1991), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais já publicados por outros autores, tendo o objetivo de analisar posições diversas em

relação a assuntos determinados. No trabalho, a pesquisa bibliográfica foi feita através de artigos científicos, leis, revistas, livros e pesquisas eletrônicas. Através destas informações pôde ser gerado o conhecimento necessário para a realização do planejamento tributário da empresa analisada.

3 RESULTADOS

O estudo de caso foi feito através de uma análise dos tributos federais e estaduais extraídos dos documentos fornecidos pela empresa, como também será uma análise simplificada das demonstrações contábeis e uma previsão de lucro que seria obtido com a mudança dos regimes.

A empresa analisada fica localizada na cidade de São Bento, estado da Paraíba. Região muito conhecida pela grande produção têxtil de redes, tapetes, mantas e outros produtos que tem como matéria prima principal o fio de algodão.

A sua atividade econômica principal é tecelagem de feios de algodão (CNAE 13.21-9-00).

Através dos dados analisados dos extratos do Simples Nacional, da DEFIS, BP, DRE, DLPA, DMPL e DFC (todas do ano calendário 2024). Foi feito o planejamento tributário, observando que a empresa analisada está atualmente como optante do Simples Nacional.

3.1 Cálculo do imposto pago através do regime do Simples Nacional

Os impostos recolhidos por meio do regime do Simples Nacional são definidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e incluem tributos federais, estaduais e municipais, unificados para facilitar a arrecadação. Entre os tributos federais estão o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), destinados ao financiamento de programas de seguridade social. Também federais, o Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e o PIS/Pasep (Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) têm como objetivo o financiamento da seguridade social e programas trabalhistas. A Contribuição Patronal Previdenciária (CPP), calculada sobre a folha de pagamento, também faz parte deste regime, voltada ao custeio da Previdência Social (BRASIL, 2006).

No âmbito estadual, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) incide sobre a circulação de mercadorias e a prestação de serviços, sendo uma importante fonte de receita para os estados. Já o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), de competência federal, é aplicado à fabricação e comercialização de produtos industrializados. Esses tributos são recolhidos de

forma integrada por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), reduzindo a burocracia e facilitando o cumprimento das obrigações fiscais pelas empresas (BRASIL, 2006).

A atividade econômica da empresa é de Tecelagem de fios de algodão, ou seja, é uma indústria, então ela está enquadrada no anexo II da Lei Complementar nº 123/2006. Com base na receita bruta, mostra-se qual foi as alíquotas que a empresa está enquadrada através do Simples Nacional e também o que foi gerado de imposto, na tabela 01:

Tabela 01: Cálculo do imposto pago através do regime do Simples Nacional

Competência	Receita Bruta	Alíquota	Imposto devido
01/2024	R$ 44.512,50	7,48%	R$ 3.329,54
02/2024	R$ 49.087,00	8,03%	R$ 3.946,59
03/2024	R$ 40.003,00	8,03%	R$ 3.216,24
04/2024	R$ 40.732,00	8,03%	R$ 3.274,85
05/2024	R$ 49.165,00	8,04%	R$ 3.952,87
06/2024	R$ 42.643,50	8,04%	R$ 3.428,54
07/2024	R$ 48.281,00	8,03%	R$ 3.881,79
08/2024	R$ 56.147,50	8,04%	R$ 4.514,26
09/2024	R$ 61.146,25	8,04%	R$ 4.916,16
10/2024	R$ 50.742,50	8,04%	R$ 4.079,70
11/2024	R$ 63.788,00	8,04%	R$ 5.128,56
12/2024	R$ 75.536,85	8,03%	R$ 6.073,16
TOTAL	**R$ 621.785,10**	**TOTAL**	**R$ 49.742,26**

Fonte: Dados coletados pelo próprio autor no ano de 2024

3.1.1 Impostos pagos através do regime do Simples Nacional

Graças à unificação da arrecadação do Simples Nacional, o contribuinte irá pagar em um documento de arrecadação (DAS) todos os tributos, com a alíquota que a empresa fica enquadrada será dividido a porcentagem que será repassada para cada imposto, como mostra na tabela 02:

Tabela 02: Impostos pagos através do regime do Simples Nacional em 2024

Competência	IRPJ (R$)	CSLL (R$)	Cofins (R$)	Pis (R$)	INSS/CPP (R$)	ICMS (R$)	IPI (R$)
Jan	155,79	155,79	462,93	111,28	1.330,94	890,25	222,56
Fev	171,80	171,80	510,50	122,71	1.467,73	1.256,62	245,43
Mar	140,01	140,01	416,03	100,00	1.196,11	1.024,07	200,01

Competência	IRPJ (R$)	CSLL (R$)	Cofins (R$)	Pis (R$)	INSS/CPP (R$)	ICMS (R$)	IPI (R$)
Abr	142,56	142,56	423,61	101,83	1.217,90	1.042,73	203,66
Mai	172,07	172,07	511,31	122,91	1.470,07	1.258,62	245,82
Jun	149,25	149,25	443,49	106,60	1.275,07	1.091,67	213,21
Jul	168,98	168,98	502,12	120,70	1.443,62	1.235,99	241,40
Ago	196,51	196,51	583,93	140,36	1.678,85	1.437,37	280,73
Set	214,01	214,01	635,92	152,86	1.828,29	1.565,34	305,73
Out	177,59	177,59	527,72	126,85	1.517,24	1.299,00	253,71
Nov	223,25	223,25	663,39	159,47	1.907,29	1.632,97	318,94
Dez	264,37	264,37	785,58	188,84	2.258,58	1.933,74	377,68
TOTAIS	**2.176,19**	**2.176,19**	**6.466,53**	**1.554,41**	**18.591,69**	**15.668,37**	**3.108,88**

Fonte: Dados coletados pelo autor no ano de 2024.

3.1.2 Encargos Sociais pagos no regime do Simples Nacional

Tabela 03: Encargos Sociais pagos no regime do Simples Nacional em 2024

Competência	Folha de pagamento (R$)	Contribuições Sociais	Alíquota	Valor Pago (R$)
Janeiro	6.503,00	INSS e FGTS	16,0%	1.040,48
Fevereiro	7.580,00	INSS e FGTS	16,0%	1.212,80
Março	7.580,00	INSS e FGTS	16,0%	1.212,80
Abril	7.580,00	INSS e FGTS	16,0%	1.212,80
Maio	8.569,00	INSS e FGTS	16,0%	1.371,04
Junho	7.580,00	INSS e FGTS	16,0%	1.212,80
Julho	8.231,23	INSS e FGTS	16,0%	1.317,00
Agosto	8.231,23	INSS e FGTS	16,0%	1.317,00
Setembro	8.231,23	INSS e FGTS	16,0%	1.317,00
Outubro	8.231,23	INSS e FGTS	16,0%	1.317,00
Novembro	7.900,00	INSS e FGTS	16,0%	1.264,00
Dezembro	9.213,71	INSS e FGTS	16,0%	1.474,20
TOTAL	**103.010,63**		**TOTAL**	**16.481,72**

Fonte: Dados coletados pelo autor no ano de 2024

3.2 Análise das demonstrações contábeis

Visando a importância do estudo e interpretação das demonstrações contábeis, serão analisadas de forma simplificada as demonstrações fornecidas pela empresa, para descobrir como anda a sua situação econômica financeira e possíveis mudanças, focando as alterações de regime de tributação.

3.2.1 Análise do Balanço Patrimonial (BP)

No BP da empresa analisada, constam os dados das contas contábeis do ano calendário 2024, onde graças a isto pode ser evidenciado a evolução destas contas através da análise horizontal.

É essencial ressaltar que houve uma grande evolução das contas da empresa, em especial será analisada a evolução da conta Caixa Geral (código 05 do balancete), no ano de 2021 o seu saldo era de R$ 81.883,07 (oitenta e um mil oitocentos e oitenta e três reais e sete centavos), no ano seguinte, 2024, o saldo ficou de R$ 288.293,93 (duzentos e oitenta e oito mil duzentos e noventa e três reais e noventa e três centavos), um aumento de 252,08%, em reais: 206.410,86 (duzentos e seis mil quatrocentos e dez reais e oitenta e seis centavos).

Também foi muito significativo o aumento dos Lucros Acumulados (código 266 do balancete), o saldo do ano 2021 foi de R$ 467.943,37 (quatrocentos e sessenta e sete mil novecentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos), diminuindo o prejuízo acumulado (saldo 2021), ficando com o saldo de R$ 465.758,25 (quatrocentos e sessenta e cinco mil setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos), no ano 2024 obteve um aumento de 66,85%, em reais: 312.843,73 (trezentos e doze mil oitocentos e quarenta e três reais e setenta e três centavos). Ficando com o saldo de R$ 778.601,98 (setecentos e setenta e oito mil seiscentos e um reais e noventa e oito centavos).

As demais contas do Balanço Patrimonial o seu aumento foi considerado na analise normal comparando com estas duas contas que teve um grande aumento comparando os dois exercícios.

Ao calcular e analisar os índices de liquidez, busca-se avaliar a situação financeira da empresa, utilizando indicadores como a liquidez imediata e a liquidez corrente. Esses índices permitem compreender a capacidade da organização de honrar seus compromissos financeiros em diferentes prazos, contribuindo para uma visão mais clara de sua saúde financeira.

No índice de liquidez imediata (disponível dividido pelo passivo circulante) deu 3,73, mostrando que a empresa está com condições suficientes para liquidar todas as suas obrigações de forma imediata, a curto prazo.

Já no índice de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante), o resultado foi de 5,37, mostrando uma grande folga para a liquidação de suas obrigações em longo prazo.

3.2.2 Análise da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A análise da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) revelou que a receita total da empresa em 2024 foi de R$ 621.785,10, composta por duas principais fontes de faturamento. A venda de produtos contribuiu com R$ 262.800,85, enquanto a venda de mercadorias somou R$ 358.984,25. Esses valores destacam a relevância de ambas as atividades na geração de receita, refletindo a diversificação das operações comerciais da organização ao longo do ano.

As deduções que estão compostas pelo pagamento do ICMS e do Simples Nacional, no total de R$ 45.431,14 (quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta e um reais e quatorze centavos). Os custos das mercadorias vendidas no valor de R$ 226.624,02 (duzentos e vinte e seis mil seiscentos e vinte e quatro reais e dois centavos). As despesas operacionais da empresa em 2024, que englobam gastos com salários, pró-labore, FGTS, taxas diversas, IRRF e assistência contábil, totalizaram R$ 36.886,21. Esses custos refletem os compromissos financeiros necessários para manter a operação da organização e foram devidamente contabilizados na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Após considerar essas despesas, o lucro antes do imposto de renda alcançou R$ 312.843,73, evidenciando uma gestão eficiente que permitiu à empresa manter um resultado financeiro positivo, conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4: Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	**Valores (R$)**
Receita Bruta de Vendas	621.785,10
(-) Custos das Mercadorias Vendidas (CMV)	(226.624,02)
Lucro Bruto	**395.161,08**
(-) Despesas Operacionais	(36.886,21)
Lucro Operacional	**358.274,87**
(-) Impostos (ICMS e Simples Nacional)	(45.431,14)
Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR)	**312.843,73**
Margem Líquida (%)	50,31%

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A análise da margem líquida reforça essa performance, com um índice de 50,31%. Esse cálculo, que considera o lucro líquido em relação à receita total, mostra que para cada R$ 100,00 recebidos, R$ 50,31 são transformados em lucro.

Esse desempenho demonstra a capacidade da empresa de gerar resultados expressivos, mesmo diante das despesas operacionais, e ressalta sua eficiência financeira no período analisado.

3.2.3 Análise das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Análise da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

Observando a DMPL e DPLA da empresa, pode ser evidenciado que, a empresa obtém muitos lucros acumulados, mas não há nenhuma retirada deles, sendo em aumento no Capital Social, que é apenas R$ 1.000,00 (um mil reais), ou distribuição dos dividendos para o empresário. Acumulando o valor de R$ 780.787,10 (setecentos e oitenta mil setecentos e oitenta e sete reais e dez centavos).

Realizando o índice de rentabilidade do patrimônio líquido (resultado líquido dividido pelo PL multiplicado por cem), que nele mostra a rentabilidade dos investimentos dos sócios na empresa, pode ser visto que, 40,13% do capital próprio da empresa é de retorno do investimento, ou seja, a cada R$ 100,00 (cem reais) R$ 40,13 (quarenta reais e treze centavos) é o retorno do investimento do empresário no capital próprio da empresa acumulado.

3.2.4 Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Analisando de forma simples a DFC, que no caso estudado é feita pelo método direto, mostra que a empresa possuí muita capacidade para gerar caixa líquido, considerando que os valores recebidos por clientes foi de R$ 621.785,10 (seiscentos e vinte e um mil setecentos e oitenta e cinco reais e dez centavos) e o total gasto no exercício foi de R$ 333.491,17 (trezentos e trinta e três mil quatrocentos e noventa e um reais e dezessete centavos), ocasionando o caixa líquido no final do exercício de R$ 206.410,86 (duzentos e seis mil quatrocentos e dez reais e oitenta e seis centavos), totalizando o caixa geral em R$ 288.293,93 (duzentos e oitenta e oito mil duzentos e noventa e três reais e noventa e três centavos).

Dentro deste estudo foram analisados além das cargas tributárias, os tipos de matérias primas que são compradas pelas empresas ou o tipo de mercadoria que é comercializada, o custo da folha de pagamento e o próprio preço do produto final são influenciados, além das demonstrações contábeis (BP, DRE, DMPL, DLPA e DFC).

No estudo de caso apresentado, a empresa estudada está atualmente enquadrada no regime do Simples Nacional e tem como atividade econômica relativo à indústria (Tecelagem de fios de algodão).

Logo em seguida foi feito a análise das demonstrações contábeis, onde pode ser observado como está financeiramente à empresa.

Durante o ano calendário 2024 a empresa analisada teve a Receita Bruta de R$ 621.785,10 (seiscentos e vinte um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dez centavos), pagou de impostos R$ 49.742,26 (quarenta e nove mil, setecentos e dois reais e vinte e seis centavos) e encargos sociais o valor de R$ 16.481,72 (dezesseis mil quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos), totalizando o valor de R$ 66.224,16 (sessenta e seis mil duzentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos), estando na opção do Simples Nacional.

Na análise feita nas demonstrações contábeis, foi evidenciado que a empresa está em poucas despesas, mostrando que, ela está realizando uma eficiente política econômica. Observando também, seria viável aumentar o capital social da empresa e distribuir os dividendos ao empresário, diminuindo assim a conta lucros acumulados, na qual nunca foram distribuídos contabilmente.

Sabendo destas informações e não havendo a necessidade da mudança do regime de tributação, a empresa, obviamente, está realizando um trabalho eficiente no que tange suas receitas brutas e pagamento de impostos, devido a isto, não foi visto nenhuma outra necessidade de recomendações para a empresa no que tange outra maneira de se aumentar os lucros realizando alguma economia de tributos, apenas no que se refere o aumento do Capital Social e distribuição de dividendos ao empresário, para que diminua a conta lucros acumulados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi alcançado, com a pesquisa foi possível analisar o regime atual da empresa, identificando seus pagamentos aos tributos e identificar se a mesma está obtendo lucros através da análise de balanços.

A análise realizada demonstrou que o planejamento tributário aliado à gestão contábil eficiente desempenha um papel central na sustentabilidade financeira de empresas industriais. O estudo de caso revelou que a empresa têxtil analisada, situada no município de São Bento/PB, apresenta uma estrutura financeira equilibrada, com destaque para a gestão dos custos tributários e operacionais. A utilização do regime do Simples Nacional mostrou-se vantajosa para o perfil da organização, garantindo a simplificação do recolhimento de tributos e contribuindo para a manutenção de sua competitividade no mercado regional.

As demonstrações contábeis, como o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), ofereceram dados essenciais para avaliar a saúde financeira da empresa. Durante

o ano de 2024, foi identificado um aumento expressivo no saldo de caixa e nos lucros acumulados, o que demonstra a capacidade da organização de alcançar resultados positivos mesmo diante das obrigações tributárias. Esses indicadores refletem uma gestão econômica eficiente e um controle adequado das despesas.

Quanto ao regime tributário, a manutenção no Simples Nacional foi considerada apropriada, dado o perfil econômico e o faturamento da empresa. Não foi encontrada necessidade de alteração para outro regime, já que os custos tributários estão alinhados às receitas e permitem uma gestão fiscal simplificada. Essa análise destaca a relevância de revisões periódicas, tanto para assegurar a conformidade tributária quanto para otimizar os resultados financeiros da organização.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços: Um enfoque econômico-financeiro. 10ª ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

BORGES, Humberto Bonavides. Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR: economia de impostos, racionalização de procedimentos fiscais, relevantes, questões tributárias, controvertidas questões tributárias, complexas questões tributárias, questões avançadas no universo da governança tributária. 9ª ed. rev e atualizada. - São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acessado em: 15 maio. 2024.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. Simples Nacional, 2024. Disponível em: https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/. Acesso em: 15 nov. 2024.

_____. Lei nº 8.541 de 23 de dezembro de 1992. Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8541.htm>. Acessado em: 16 maio. 2024.

_____. Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9430.htm>. Acessado em: 16 maio. 2024.

_____. Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9718.htm>. Acessado em: 18 maio. 2024.

_____. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispões sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L6404compilada.htm>. Acessado em: 18 maio. 2024.

_____. Lei nº 12.814 de 16 de maio de 2013. Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, quanto à autorização para concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica e em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal; altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, quanto à

concessão de subvenção econômica em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, quanto à concessão de subvenção econômica em financiamentos destinados a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais; altera as Leis nºs 12.487, de 15 de setembro de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 11.491, de 20 de julho de 2007; prorroga os prazos previstos nas Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 11.941, de 27 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2022/Lei/L12814.htm>. Acessado em: 10 junho. 2024.

_____. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acessado em: 20 junho. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 686 de 14 de dezembro de 1990. Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T.3. Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/NBCT_3.pdf>. Acessado em: 29 outubro. 2024.

FABRETTI, Láudio Camargo. FABRETTI, Dilene Ramos. Direito Tributário para os cursos de administração e ciências contábeis. 3ª ed. - São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 3ª ed. - São Paulo: Atlas, 1991.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. 1ª ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MOREIRA, Assis. O Brasil tem a maior carga tributária da América Latina, diz OCDE. 2015. Revista Valor Econômico. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3946654/brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina-diz-ocde>. Acessado em: 05 maio. 2024.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre, Guia Para Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso. 2 ed. - São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA. Gustavo Pedro de. Contabilidade Tributária. 4ª Ed. Rev. - São Paulo: Saraiva, 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Lucro Real. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucroreal.htm>. Acessado em: 20 junho. 2024.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Lucro Presumido. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucropresumido.htm>. Acessado em: 20 junho. 2024.

SILVA, Adilson Alves da. Planejamento tributário eficaz resulta em bom resultado para a empresa. PUC-GO. 2015. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/236646478/Planejamento-Tributario-Eficaz-Resulta-Em-Bom-Resultado#scribd>. Acessado em: 21 novembro. 2024.

CAPÍTULO 4

OS REGIMES TRIBUTÁRIOS BRASILEIROS E A REFORMA TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA[4]

Petros Renan Custódio da Silva Almeida

Faculdade Caicoense Santa Teresinha, Caicó, RN, Brasil. E-mail: petrosrenan@gmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa os regimes de tributação adotados no Brasil — Lucro Real, Lucro Presumido, Simples Nacional e Lucro Arbitrado — e os contrapõe às mudanças introduzidas pela reforma tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023, e regulamentada pela Lei Complementar nº 214, de 2025. O objetivo geral é evidenciar as características de cada regime de tributação e identificar seus diferenciais diante da substituição do ICMS, do ISS, do PIS, da Cofins e do IPI pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). Trata-se de pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com base em livros, artigos científicos, legislação e fontes eletrônicas. Os resultados indicam que, embora os regimes de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lucro Real, Presumido e Arbitrado) e o regime unificado do Simples Nacional permaneçam, em sua estrutura formal, orientados à tributação da renda, a substituição de cinco tributos sobre o consumo por três novas figuras, baseadas no modelo de imposto sobre valor agregado (IVA) dual, não cumulativo e incidente no destino, tende a alterar significativamente a apuração de créditos e a formação de preços em todos os regimes ao longo do período de transição (2026–2033). Conclui-se que o planejamento tributário das empresas brasileiras deverá ser revisado à luz do novo sistema, sobretudo quanto à apropriação de créditos entre a CBS, o IBS e os tributos remanescentes.

Palavras-chave: Sistema Tributário Nacional. Regimes de tributação. Reforma Tributária. IBS. CBS.

[4] Este capítulo foi originalmente publicado como artigo em: ALMEIDA, Petros Renan Custódio da Silva. Os regimes tributários brasileiros e a reforma tributária: uma análise comparativa. **Revista AC**, v. 1, n. 2, p. 39-54, jul./dez. 2026. ISSN 3086-819X. O texto é republicado nesta obra em formato de capítulo de livro, com preservação integral do conteúdo e da autoria, com o objetivo de ampliar sua difusão e alcançar um público leitor cada vez maior.

ABSTRACT: This article analyzes the taxation regimes adopted in Brazil — Actual Profit (Lucro Real), Presumed Profit (Lucro Presumido), the Simplified National Regime (Simples Nacional), and Arbitrated Profit (Lucro Arbitrado) — and contrasts them with the changes introduced by the Brazilian tax reform on consumption, established by Constitutional Amendment No. 132/2023 and regulated by Complementary Law No. 214/2025. The general objective is to highlight the characteristics of each taxation regime and to identify their distinguishing features in light of the replacement of the ICMS, ISS, PIS, Cofins, and IPI taxes by the Tax on Goods and Services (IBS), the Contribution on Goods and Services (CBS), and the Selective Tax (IS). This is a descriptive study with a qualitative approach, carried out through bibliographic and documentary research based on books, scientific articles, legislation, and electronic sources. The findings indicate that, although the income-tax assessment regimes (Actual, Presumed, and Arbitrated Profit) and the unified Simples Nacional regime remain, in their formal structure, oriented toward income taxation, the replacement of five consumption taxes by three new tax figures — based on a dual, non-cumulative, destination-based value-added tax (VAT) model — tends to significantly affect credit calculation and price formation across all regimes during the transition period (2026–2033). It is concluded that the tax planning of Brazilian companies must be revised in light of the new system, particularly with regard to the allocation of credits among the CBS, the IBS, and the remaining taxes.

Keywords: National Tax System. Taxation regimes. Tax Reform. IBS. CBS.

1 INTRODUÇÃO

A tributação sobre o consumo no Brasil é reconhecida internacionalmente por sua elevada complexidade, decorrente da coexistência de múltiplos tributos com legislações, bases de cálculo e regimes de apuração distintos entre os entes federativos. Historicamente, a carga tributária brasileira figura entre as mais elevadas da América Latina, o que impõe às empresas a necessidade de um planejamento tributário criterioso, fundamentado no conhecimento aprofundado dos regimes de apuração disponíveis: Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional.

Nesse contexto, a promulgação da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, seguida da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025 — que regulamenta os dispositivos constitucionais introduzidos pela reforma —, instaurou uma transformação estrutural no sistema tributário nacional, substituindo cinco tributos sobre bens e serviços (ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI) por três novas figuras impositivas: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo geral evidenciar os regimes de tributação utilizados no Brasil — Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional — e identificar seus diferenciais diante das mudanças promovidas pela reforma tributária. Como objetivos específicos, busca-se: a) caracterizar o sistema tributário nacional e seus fundamentos jurídicos; b) descrever os regimes de apuração vigentes e os tributos a eles associados; e c)

confrontar as cargas tributárias e a sistemática de apuração dos regimes do Simples Nacional, do Lucro Presumido e do Lucro Real com as mudanças introduzidas pela reforma tributária.

O tema justifica-se pela relevância do planejamento tributário para a competitividade das empresas brasileiras e pela atualidade do debate sobre a reforma, cujo período de transição se estende até o ano de 2033. Além desta introdução, o artigo está estruturado em quatro seções: a seção 2 apresenta os procedimentos metodológicos; a seção 3 discute o referencial teórico sobre o sistema tributário nacional e os regimes brasileiros de tributação; a seção 4 analisa a reforma tributária e realiza o cotejo comparativo entre o sistema antigo e o novo modelo; por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa configura-se de forma descritiva e de abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva, de acordo com Gil (1991), tem por objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, mediante a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), a pesquisa qualitativa é aquela em que “os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”.

Os procedimentos foram realizados por meio de fontes primárias e secundárias. Os dados primários resultam de um estudo de caso, técnica que, segundo Martins e Lintz (2007, p. 23), “tem por objetivo o estudo de uma unidade que se analisa de forma profunda e intensa”.

Os dados secundários fundamentam-se em pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (1991), é elaborada com base em materiais já publicados por outros autores, com o objetivo de analisar posições diversas em relação a assuntos determinados. Nesta pesquisa, o levantamento bibliográfico foi realizado por meio de artigos científicos, legislação, livros e fontes eletrônicas, o que possibilitou a construção do referencial teórico necessário à análise comparativa entre os regimes tributários e as mudanças promovidas pela reforma tributária.

3 RESULTADOS

3.1 Sistema Tributário Brasileiro

A carga tributária brasileira é uma das mais elevadas do mundo e a maior da América Latina, superando inclusive a de diversos países desenvolvidos. Em conformidade com essa afirmação, a revista Valor Econômico noticiou, por meio de reportagem de Moreira (2015), que:

> O Brasil foi o único país da região que arrecadou mais que as nações ricas em 2013 em termos percentuais, quando a carga tributária correspondeu a 35,7% do PIB, comparada a 34,1% nos países ricos, conforme o relatório "Estatísticas Tributárias na América Latina e Caribe", preparado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e pelo Inter-American Center of Tax Administrations (Ciat). A receita com impostos no Brasil totalizou R$ 1,728 trilhão em 2013, o que representa um aumento de R$ 466 bilhões em relação a 2010 (MOREIRA, 2015).

Observa-se que a arrecadação de impostos no país cresce em ritmo acentuado, superando, em determinados períodos, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, o que pode, no longo prazo, comprometer o crescimento econômico do Brasil.

Ao conceituar carga tributária, o Tribunal de Contas da União (2009) afirma que "a carga tributária de um país é a parcela de recursos que o Estado retira dos indivíduos e empresas para financiar as ações do governo". Entende-se, portanto, que a arrecadação tributária é de fundamental importância para o custeio das atividades essenciais do Estado, sendo revertida em ações estratégicas nas áreas de saúde, educação, habitação e saneamento básico, entre outras.

O Sistema Tributário Nacional foi instituído em 1966 pela Lei nº 5.172, regulamentada pelo Código Tributário Nacional (CTN). Ainda que se trate de legislação antiga — e por isso mesmo objeto de sucessivas propostas de reforma —, diversas emendas foram editadas ao longo do tempo para acrescentar ou suprimir dispositivos, adaptando o ordenamento jurídico às transformações econômicas e às crises financeiras enfrentadas pelo país.

Em um país com carga tributária tão elevada, as empresas que não dispõem de planejamento tributário adequado e que não conhecem, de forma ampla, os tributos incidentes sobre suas atividades comerciais tendem a arcar com ônus fiscal excessivo — seja em nível federal, estadual ou municipal —, o que frequentemente as leva a repassar aumentos de carga tributária aos preços de produtos e serviços, ainda que em percentuais reduzidos.

3.1.1 Definição de tributo

O Código Tributário Nacional, em seu art. 3º, define tributo como "toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada [...]".

Para melhor compreensão dessa definição, é necessário esclarecer alguns dos conceitos nela contidos. Entende-se por prestação pecuniária que “os tributos em geral, pagos na forma e prazo normais da extinção da obrigação tributária, só poderão ser pagos em moeda corrente nacional” (FABRETTI; FABRETTI, 2004, p. 50). Segundo Oliveira (2013, p. 59), compreende-se também que o tributo é compulsório, na medida em que a própria obrigação integra a sua essência: não decorre da vontade das partes, mas da relação de soberania do Estado, sendo sua instituição feita exclusivamente por lei. Já a expressão “que não constitua sanção de ato ilícito” significa que a obrigação de pagar o tributo não pode ter origem em uma conduta ilegal, sob pena de se caracterizar, nesse caso, penalidade, e não tributo.

No art. 4º, o Código Tributário Nacional (1966) estabelece que a natureza jurídica do tributo é determinada pelo fato gerador, entendido como a ocorrência que dá origem à exigência do tributo para o contribuinte. É o caso, por exemplo, do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de competência municipal, cujo fato gerador é a propriedade de bem imóvel, como terreno ou edificação, em zona urbana.

3.1.2 Obrigação tributária

A obrigação tributária é a relação de direito público em que o Estado pode exigir do contribuinte uma prestação, nos termos e nas condições estabelecidas em lei. Ela se divide em obrigação principal e obrigação acessória.

Segundo o art. 113 do CTN, a obrigação principal tem por objeto o pagamento do tributo, de natureza patrimonial. Já a obrigação acessória, também prevista no art. 113 do CTN, é obrigação de fazer, não fazer ou tolerar, de natureza não patrimonial, cuja finalidade é comprovar a existência e delimitar o alcance das operações tributárias, além de assegurar a observância da legislação aplicável.

A obrigação tributária é composta por três elementos básicos: a lei, o objeto e o fato gerador. A lei constitui a parte central da obrigação, por ser responsável pela criação dos tributos e pela definição das condições de sua cobrança. O objeto corresponde às prestações que o contribuinte deve cumprir. O fato gerador, por fim, é o evento que dá origem à obrigação tributária.

3.2 Regimes Tributários Brasileiros

No Brasil, os regimes tributários aplicáveis à apuração do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são: Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional. Cada

regime possui limite de faturamento anual e carga tributária específicos, havendo, ainda, determinados tipos de empresa obrigados a se enquadrar em regimes específicos, em razão da atividade exercida ou do porte econômico.

3.2.1 Lucro Real

De acordo com a Receita Federal do Brasil (2000), o Lucro Real é a base de cálculo do Imposto de Renda apurada segundo registros contábeis e fiscais efetuados sistematicamente, em conformidade com a legislação comercial e fiscal, cuja apuração é realizada por meio do Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur), mediante adições e exclusões ao lucro líquido do período de apuração.

Nos termos da Lei nº 9.718/1998, estão obrigadas ao regime do Lucro Real as pessoas jurídicas: cuja receita total, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), ou ao limite proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses (redação dada pela Lei nº 12.814/2013); cujas atividades sejam de instituições financeiras e equiparadas (bancos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, corretoras, distribuidoras, arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, seguradoras e entidades de previdência privada aberta); que tenham lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior; que usufruam de benefícios fiscais de isenção ou redução do imposto; que tenham optado pelo pagamento mensal por estimativa, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.430/1996; que explorem atividades de factoring; ou que explorem a securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio.

Determinadas pessoas jurídicas são, portanto, obrigadas ao regime do Lucro Real em razão da receita bruta anual ou da atividade econômica exercida, ao passo que outras optam por esse regime de forma estratégica, visando a uma economia tributária mais significativa.

Tabela 1 – Tributos incidentes sobre o regime do Lucro Real

Tributo	Atividade	Alíquota	Base de cálculo
IRPJ – Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido	Comércio, indústria e serviços	15%	Lucro líquido
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Comércio, indústria e serviços	9%	Lucro líquido
PIS – Programa de Integração Social	Comércio, indústria e serviços	1,65%	Valor da venda
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	Comércio, indústria e serviços	7,6%	Valor da venda
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	Indústria	Variável	Valor da venda

Tributo	Atividade	Alíquota	Base de cálculo
II – Imposto de Importação	Importação	Variável	Valor da importação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	Indústria e comércio	Variável (0% a 25%)	Valor da venda
ISS – Imposto sobre Serviços	Serviços	Variável (2% a 5%)	Valor da venda

Fonte: elaborado pelo autor com base em Receita Federal do Brasil (2025).

Cada tributo possui alíquota, atividade econômica vinculada e base de cálculo próprias, devendo as empresas observar a legislação específica de cada um.

3.2.2 Lucro Presumido

A Receita Federal do Brasil (2000) conceitua o Lucro Presumido como forma de tributação simplificada para a determinação da base de cálculo do Imposto de Renda e da CSLL das pessoas jurídicas não obrigadas à apuração pelo Lucro Real no ano-calendário.

Diferentemente do Lucro Real, no Lucro Presumido estima-se o lucro do período apurado a partir de percentuais aplicados sobre a receita bruta, conforme a atividade exercida.

De acordo com a Lei nº 12.814/2013, podem optar por esse regime as pessoas jurídicas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), ou a R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicados pelo número de meses de atividade no ano-calendário anterior.

Os tributos incidentes e obrigatórios no Lucro Presumido são os mesmos do Lucro Real: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, II, ICMS e ISS.

3.2.3 Simples Nacional

O Simples Nacional foi instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabelece as regras aplicáveis às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP). Nesse regime, a arrecadação, a cobrança e a fiscalização dos tributos são unificadas, reunindo todos os entes da Federação (União, estados, Distrito Federal e municípios).

Podem optar por esse regime as empresas cujo faturamento no ano-calendário seja igual ou inferior a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), valor vigente à época da legislação de referência utilizada nesta pesquisa.* Segundo o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, são consideradas

microempresas as pessoas jurídicas cujo faturamento anual não ultrapasse R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); já as empresas de pequeno porte são aquelas cuja receita bruta anual seja superior a R$ 360.000,00 e igual ou inferior a R$ 3.600.000,00.

A alíquota efetiva é definida a partir do faturamento acumulado nos doze meses anteriores. A título de exemplo, uma indústria cujo faturamento nos últimos doze meses tenha atingido R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) enquadra-se na alíquota nominal de 8,10%, repartida, conforme a Tabela 2, entre IRPJ, CSLL, Cofins, PIS/Pasep, Contribuição Previdenciária Patronal (CPP), ICMS e IPI.

O recolhimento dos tributos é feito em documento único, o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), emitido por meio do Portal do Simples Nacional.

Tabela 2 – Repartição da alíquota nominal do Simples Nacional (faixa de R$ 720.000,01 a R$ 900.000,00 – Anexo I)

Tributo	**Percentual**
IRPJ	0,35%
CSLL	0,35%
Cofins	1,05%
PIS/Pasep	0,25%
CPP	3,02%
ICMS	2,58%
IPI	0,50%
Alíquota nominal total	**8,10%**

Fonte: elaborado pelo autor com base na Lei Complementar nº 123/2006.

* Nota: o limite de receita bruta anual para opção pelo Simples Nacional foi posteriormente ampliado para R$ 4.800.000,00 pela Lei Complementar nº 155, de 2016, permanecendo o valor de R$ 3.600.000,00 válido para o período de referência da legislação originalmente consultada nesta pesquisa.

3.2.4 Lucro Arbitrado

O Lucro Arbitrado é aplicado quando não é possível apurar com precisão o Lucro Real e o contribuinte também não atende aos requisitos para a tributação pelo Lucro Presumido, hipótese em que a própria autoridade fiscal arbitra o lucro tributável da pessoa jurídica, a partir de percentuais legalmente definidos sobre a

receita bruta ou outros critérios substitutivos previstos na legislação. Trata-se, portanto, de regime de exceção, aplicável de ofício pelo Fisco ou, em determinadas hipóteses, por opção do próprio contribuinte.

4 A REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO

4.1 O novo modelo instituído pela reforma

A Emenda Constitucional nº 132/2023 passou a prever expressamente a possibilidade de instituição do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo, definindo princípios e limites para a sua aplicação, posteriormente disciplinados em detalhe pela Lei Complementar nº 214/2025, que instituiu os três tributos sobre o consumo e regulamentou seu regime jurídico completo — fato gerador, base de cálculo, não cumulatividade, regimes específicos e diferenciados, mecanismo de retenção do pagamento (split payment), cashback e regras de transição (TRIBUTÁRIO.COM.BR, [s.d.]; BARBIERI ADVOGADOS, [s.d.]).

Os três novos tributos podem ser assim caracterizados:

a) IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) — de competência compartilhada entre estados e municípios, substitui o ICMS e o ISS mediante unificação e simplificação da tributação sobre a circulação de bens e a prestação de serviços (CONJUR, 2025);

b) CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) — de competência federal, substitui o PIS e a Cofins;

c) Imposto Seletivo (IS) — de competência federal, incide de forma especial sobre produtos e serviços específicos, como combustíveis e itens nocivos à saúde ou ao meio ambiente, com finalidade extrafiscal de desestímulo ao consumo, alcançando, entre outros bens, veículos, embarcações e aeronaves que atendam a critérios legais de impacto ambiental, sem incidir sobre o próprio IBS ou sobre a CBS, o que afasta a tributação em cascata entre os tributos do novo sistema (CONJUR, 2025).

O IBS e a CBS adotam o modelo de imposto sobre valor agregado (IVA) dual, com incidência no destino, não cumulatividade plena e legislação nacional única — em contraste com a pulverização normativa do modelo anterior, caracterizado por 27 legislações estaduais do ICMS e mais de 5.500 legislações municipais do ISS.

4.2 Quadro comparativo entre o sistema antigo e o novo sistema

Quadro 1 – Sistema tributário antigo × novo sistema (pós-reforma)

Critério	Sistema antigo	Novo sistema (pós-reforma)
Tributos	ICMS, ISS, PIS, Cofins, IPI	IBS, CBS, Imposto Seletivo
Nº de legislações	ICMS: 27; ISS: + de 5.500 municípios	Legislação nacional única (LC nº 214/2025)
Princípio de incidência	Predominantemente na origem (ICMS)	No destino
Cumulatividade	Parcial/residual	Não cumulatividade plena
Função extrafiscal	IPI (ampla, sobre industrializados)	Imposto Seletivo (restrito a itens nocivos/poluentes)
Devolução a famílias de baixa renda	Inexistente de forma sistêmica	Cashback do IBS/CBS às famílias no CadÚnico
Alíquota padrão	Soma variável por estado e produto	Alíquota de referência estimada entre 26,5% e cerca de 27,9%

Fonte: elaborado pelo autor com base em Conjur (2025) e TaxRadar ([s.d.]).

4.3 Cronograma de transição

A Lei Complementar nº 214/2025 estabeleceu implementação progressiva do novo sistema. Em 2026, ano-teste, vigoram alíquotas simbólicas de CBS (0,9%) e de IBS estadual (0,1%), integralmente compensáveis com o PIS/Cofins devido, de modo a preservar a neutralidade da carga tributária. Em 2027, extinguem-se o PIS e a Cofins, o IPI é reduzido a zero para a maioria dos setores — ressalvada a Zona Franca de Manaus — e entra em vigor o Imposto Seletivo. Entre 2029 e 2032, o ICMS e o ISS são reduzidos gradualmente, a 90%, 80%, 70% e 60% de seus valores originais, respectivamente, enquanto o IBS assume, na mesma proporção inversa, a arrecadação correspondente. Em 2033, conclui-se a transição, com a extinção definitiva do ICMS e do ISS e a vigência plena do novo sistema (TAXRADAR, [s.d.]).

Quanto à carga tributária agregada, a própria Lei Complementar nº 214/2025 fixou, em seu art. 18, o limite de 26,5% para a soma das alíquotas de referência do IBS e da CBS; contudo, estimativas do Comitê Gestor do IBS apontam projeção de 27,91% para 2033 — valor acima do teto legal —, o que já provoca debate sobre eventuais medidas corretivas previstas na própria lei (COMITÊ GESTOR DO IBS, 2026).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo evidenciar os regimes de tributação utilizados no Brasil — Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional — e identificar seus diferenciais diante das mudanças promovidas pela reforma tributária sobre o consumo. A análise permitiu constatar que, historicamente, a elevada carga tributária brasileira e a coexistência de múltiplos regimes e tributos sobre o consumo (ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI) impunham às empresas custos de conformidade significativos e exigiam planejamento tributário criterioso para a escolha do regime mais vantajoso conforme o porte e a atividade econômica.

A reforma tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, representa mudança paradigmática nessa estrutura: da fragmentação normativa e da cumulatividade residual do modelo ICMS/ISS/PIS/Cofins/IPI para um modelo de IVA dual nacional — o IBS e a CBS —, não cumulativo e incidente no destino, complementado pelo Imposto Seletivo, de finalidade extrafiscal. Constatou-se, contudo, que essa transformação incide primordialmente sobre a tributação do consumo, ao passo que os regimes de apuração do IRPJ e da CSLL — Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional — permanecem, em sua estrutura formal, inalterados quanto à tributação da renda, embora tenham sua carga efetiva e sua sistemática de créditos diretamente impactadas pela substituição dos tributos sobre bens e serviços que compõem suas bases de cálculo.

Conclui-se, assim, que a reforma tributária não elimina a relevância do planejamento tributário, mas a desloca: a escolha entre os regimes existentes continuará a exigir análise cuidadosa, agora também orientada pela apropriação de créditos de IBS e CBS, pela participação relativa da atividade em cadeias sujeitas ao Imposto Seletivo e pelo comportamento das alíquotas de referência ao longo da transição (2026–2033), cujo teto legal de 26,5% já se mostra tensionado por estimativas superiores. Os principais desafios remanescentes concentram-se, portanto, na calibragem das alíquotas de referência, na definição operacional dos regimes diferenciados e específicos e na governança federativa do novo sistema, a cargo do Comitê Gestor do IBS — temas que devem orientar a agenda de pesquisas futuras sobre o impacto da reforma nos diferentes regimes tributários brasileiros.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BARBIERI ADVOGADOS. **LC 214/2025: guia completo da lei da Reforma Tributária.** [s.d.]. Disponível em: https://www.barbieriadvogados.com/lc-214/. Acesso em: 25 set. 2026.

BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR.** 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Parecer sobre o PLP nº 68, de 2024** (Reforma Tributária — Regulamentação). Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://legis.senado.leg.br. Acesso em: 25 set. 2026.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.** Altera o Sistema Tributário Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 20 jun. 2015.

BRASIL. **Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016.** Altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp155.htm. Acesso em: 25 set. 2026.

BRASIL. **Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025.** Institui o Imposto sobre Bens e Serviços, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços e o Imposto Seletivo; regulamenta o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios (Código Tributário Nacional). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em: 18 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992.** Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8541.htm. Acesso em: 16 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9430.htm. Acesso em: 16 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.** Altera a legislação tributária federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9718.htm. Acesso em: 18 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013.** Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12814.htm. Acesso em: 10 jun. 2015.

COMITÊ GESTOR DO IBS (CGIBS). **Resolução CGIBS nº 14, de 29 de julho de 2026.** Estima as alíquotas de referência do IBS e da CBS. Brasília, DF, 2026.

CONJUR — CONSULTOR JURÍDICO. **Aspectos gerais da reforma tributária: EC 132/23 e LCP 214/25.** 21 ago. 2025. Disponível em: https://conjur.com.br/2025-ago-21/aspectos-gerais-da-reforma-tributaria-ec-132-2023-e-lcp-214-2025/. Acesso em: 25 set. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 686, de 14 de dezembro de 1990.** Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T.3: conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das demonstrações contábeis. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/NBCT_3.pdf. Acesso em: 29 out. 2015.

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito Tributário para os cursos de administração e ciências contábeis.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Reforma Tributária — Regulamentação.** Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria. Acesso em: 25 set. 2026.

MOREIRA, Assis. **Brasil tem a maior carga tributária da América Latina, diz OCDE.** Valor Econômico, 2015. Disponível em: http://www.valor.com.br/brasil/3946654/brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina-diz-ocde. Acesso em: 05 maio 2015.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária.** 4. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Lucro Presumido.** [2000]. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucropresumido.htm. Acesso em: 20 jun. 2015.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Lucro Real.** [2000]. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucroreal.htm. Acesso em: 20 jun. 2015.

SILVA, Adilson Alves da. **Planejamento tributário eficaz resulta em bom resultado para a empresa.** Goiânia: PUC Goiás, 2015. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/236646478/Planejamento-Tributario-Eficaz-Resulta-Em-Bom-Resultado. Acesso em: 21 nov. 2015.

TAXRADAR. **Reforma Tributária 2026-2033: cronograma completo da transição.** [s.d.]. Disponível em: https://taxradar.app/blog/reforma-tributaria/cronograma-reforma-tributaria-todas-datas-2033. Acesso em: 25 set. 2026.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Contas do Governo da República: Ficha 3 – Carga Tributária.** Brasília: TCU, 2009. Disponível em: https://sites.tcu.gov.br/recursos/contas-do-governo-2009/Textos/Ficha%203%20-%20Carga%20Tributaria.pdf. Acesso em: 25 set. 2026.

TRIBUTÁRIO.COM.BR. **Reforma tributária à luz da EC nº 132/2023 e da LC nº 214/2025: do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo.** [s.d.]. Disponível em: https://tributario.com.br/a/opiniao-reforma-tributaria-a-luz-da-ec-no-132-2023-e-da-lc-no-214-2025-do-ibs-da-cbs-e-do-imposto-seletivo/. Acesso em: 25 set. 2026.

SOBRE OS ORGANIZADORES

André de Oliveira Melo

Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (Ufam). Professor Associado da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq do LEduCA - Laboratório de Educação do Campo e Agroecologia. E-mail: andremelo@uea.edu.br

Ademar Henriques da Silva Filho

Graduado em Pedagogia, Mestrado em Teologia e Doutorado em Educação. Universidade do Estado do Amazonas.

Cilene de Miranda Pontes

Graduada em Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Educação. Universidade do Estado do Amazonas.

Adilma Portela da Fonseca Torres

Graduada em Pedagogia e Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento. Universidade do Estado do Amazonas.

Raquel Garcia Nery

Organizadora da presente obra.

Raquel Bueno Barbieri

Bióloga e pedagoga. Doutora em Ciências pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (FCM/UNICAMP).

Vanja Luíza Marinho da Nóbrega

Doutoranda em Ciências da Educação pela WUE.

José Alberto André Guimarães

Mestre em Ciências da Educação pela World University Ecumenical (WUE). Possui formação acadêmica voltada à área educacional, com interesse nos processos de ensino, aprendizagem e formação profissional.

Luiz de Lavor Marculino

Mestre em Ciências da Educação e doutor em Psicologia.

Rosana Severiano dos Santos

Pós-graduanda em Docência no Ensino Superior pela FACUMINAS. E-mail: rosanaseveriano25@gmail.com

Deyvid Israel da Silva Alves

Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Inta (UNINTA).

Marcos Vitor Costa Castelhano

Mestre em Ciências da Educação, com diploma reconhecido pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Bacharel em Psicologia pela UNIFIP e licenciado em Pedagogia pela UNIÚNICA, além de possuir formação nas áreas de Artes Visuais, Letras – Português/Inglês, História e Filosofia. Atua como coordenador do curso de Psicologia e do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX) da Faculdade Sucesso (FACSU), professor universitário, psicólogo escolar e psicólogo no CAPS AD III Gildate Lúcio da Silva. É editor-chefe da Revista Educação Contemporânea e da CTP Editora.

EDITORA AC

São Bento - PB • 2026



Quatro estudos, três campos do saber e um mesmo gesto: colocar em diálogo o que costuma ser lido em separado.

Da pedagogia de Célestin Freinet à mobilização precoce de pacientes graves com COVID-19, do planejamento tributário de uma indústria têxtil do sertão paraibano à reforma que redesenha a tributação sobre o consumo no Brasil, esta coletânea reúne pesquisas que respondem aos cenários atuais a partir da educação, da saúde e das ciências contábeis.

Uma obra para estudantes, professores, pesquisadores e profissionais que buscam leituras multidisciplinares e comprometidas com os desafios do presente.

EDITORA AC

CONHECIMENTO · DIÁLOGO · ATUALIDADE

SÃO BENTO - PB

2026